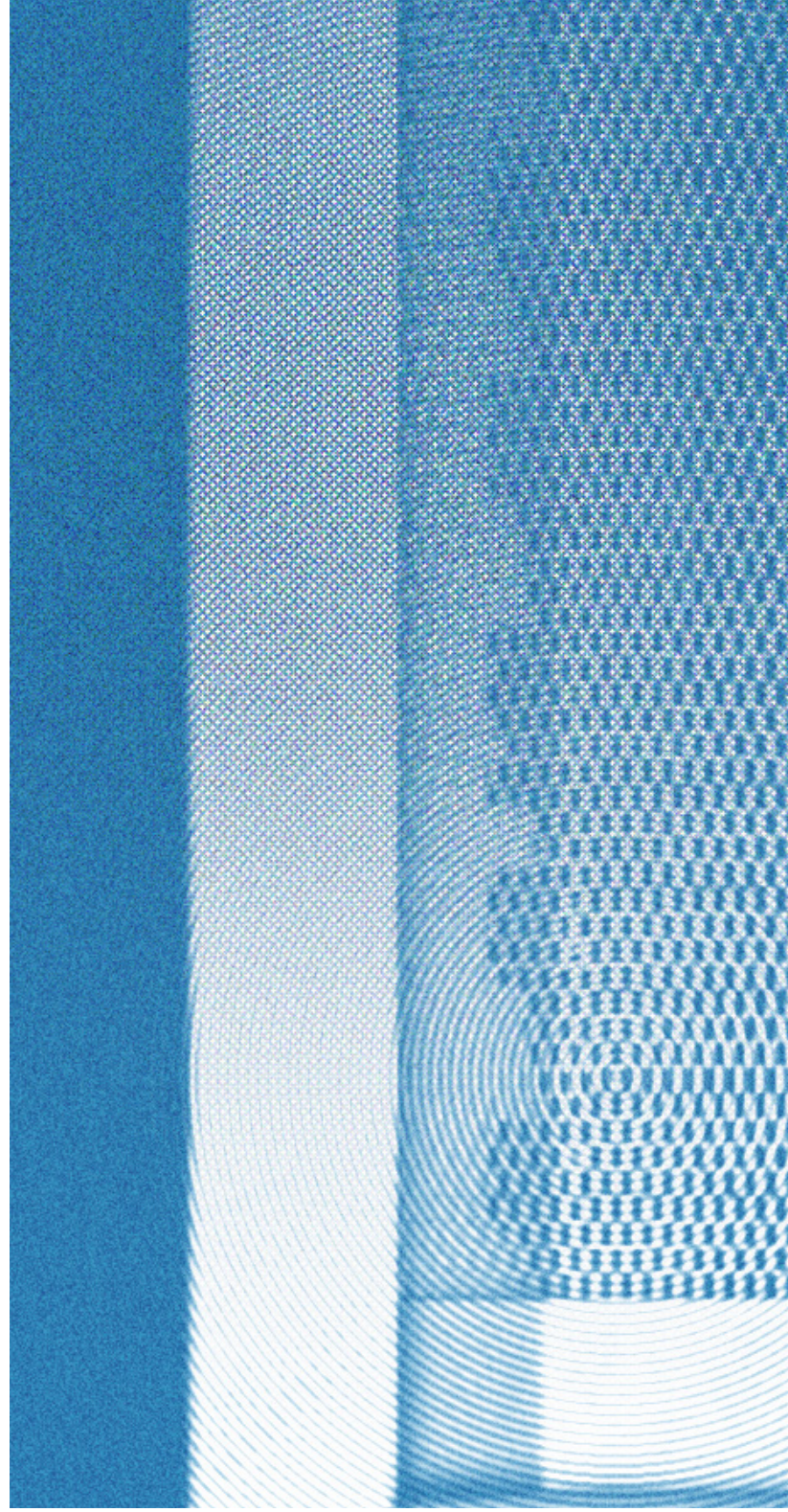


ESCOLA DE ARTES E CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE MESSEJANA



trabalho de conclusão de curso
GABRIEL FARIAS DE PAULA
DIAS DA CUNHA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
escola de artes
e centro socioeducativo
de messejana



UFC

Universidade Federal do Ceará
Arquitetura e Urbanismo

Gabriel Farias de Paula Dias da Cunha

Orientação
Prof. Dr. Romeu Duarte Junior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C1e CUNHA, GABRIEL FARIAS DE PAULA DIAS DA.
Escola de Artes e Centro Socioeducativo de Messejana / GABRIEL FARIAS DE PAULA
DIAS DA CUNHA. – 2019.
113 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro
de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Romeu Duarte Júnior.

1. Escola. 2. Artes. 3. Socioeducação. 4. Fenomenologia. I. Título.

CDD 720

Banca Examinadora

Prof. Dr. Romeu Duarte Junior
Orientador DAUD-UFC

Prof. Mestre Bruno Melo Braga
Professor convidado DAUD-UFC

Arquiteto Mestre Igor Lima Ribeiro
Arquiteto convidado

Fortaleza, 11 de dezembro de 2019

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo suporte e pelo amor.

À minha irmã, pela presença sempre leve e por me inspirar a ser melhor.

À Universidade, pela oportunidade do aprendizado, pelas experiências engrandecedoras e pelas pessoas que ali conheci.

Aos meus amigos, 'urmininu', por serem meu lugar seguro há tanto tempo.

Ao Marco, por sempre estar lá.

À Andreia, Camila, Carol, Laura, Sophia, Mariana e Marina, por terem compartilhado comigo as dores e as risadas dessa trajetória.

Ao Dani, Bela, Sara e Lana, por me mostrarem que sempre vale à pena, logo pela manhã bem cedo.

À Marina e Roberta, pela amizade, pelos cafés às quatro e pela oportunidade de aprender e crescer juntos.

Ao professor Romeu Duarte, pelo conhecimento compartilhado durante as orientações.

Ao professor e amigo Bruno Braga, pela presença fundamental em diferentes momentos da minha trajetória acadêmica.

Ao arquiteto Igor Ribeiro, que gentilmente aceitou o convite para participar da banca examinadora.

Ao Natan, pela amizade e pelo empenho incondicional em fazer deste trabalho possível.

SUMÁRIO

10-22 01. apresentação

introdução
justificativa
objetivos gerais
objetivos específicos
metodologia

24-46 02. referencial teórico

por que os indivíduos são apenados?
quem são os apenados no Brasil?
as questões de percepção nos espaços de ensino e reintegração social:
uma abordagem fenomenológica

48-59 03. referências projetuais

a obra de Siza Vieira
escola superior de música do instituto
politécnico de Lisboa / Carrilho da Graça
Arquitectos

60-75 04. diagnóstico da área

o bairro Messejana
terreno e entorno
legislação
usos
gabarito
sistema viário e mobilidade

76-109 05. projeto

programa de necessidades
partido
memorial descritivo
sistema estrutural e materialidade

110-113

Considerações Finais
Referências Bibliográficas

01.
APRESENTAÇÃO
10-22

01. introdução
12-13

02. justificativa
14-19

03. objetivos gerais
20

04. objetivos específicos
21

05. metodologia
22

INTRODUÇÃO

A crise do sistema carcerário no Brasil tem sido pauta de diversas discussões em diferentes esferas de estudo. Superlotação, motins e massacres dentro dos complexos penitenciários chamam a atenção da mídia e dividem a opinião popular entre uma parcela que defende um sistema cada vez mais duro e punitivo e outra que acredita na humanização do ambiente carcerário como uma melhor saída. A questão é:

o que é produzido em termos de arquitetura penal no contexto atual é feito para punir ou para ressocializar?

A relação espaço-indivíduo contribui positivamente no processo de reestruturação do apenado? Diante dessas questões levantadas, propõe-se uma análise ainda mais específica do espaço amostral dos apenados, com enfoque nos menores em conflito com a lei.



Por fazerem parte da 'zona cinzenta' que ainda não responde ao código penal propriamente dito, mas que muitas vezes praticam delitos de igual gravidade, a questão do menor é muito controversa. A legislação a qual estão submetidos os jovens é o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990), e tem sido senso comum afirmar que as leis do Estatuto não são rigorosas o suficiente e que as penas deveriam ser tão severas quanto as que são aplicadas ao maior em conflito com a lei. No entanto, a realidade é que as diretrizes do ECA muitas vezes não são aplicadas às medidas socioeducativas, dando margem à criação de espaços de reclusão tão punitivos quanto os existentes, seguindo o modelo penitenciário ultrapassado que vigora no Brasil.

Questões como superlotação e violência dentro dos complexos são tão comuns quanto no sistema prisional regular, e acabam servindo apenas como uma 'prévia' das experiências que serão vivenciadas pelos jovens num futuro próximo, uma vez que a taxa de reincidência dos adolescentes é ainda mais alta que a dos adultos.

Sendo assim, o Lugar da pena se torna um espaço extremamente controverso, principalmente quando se trata de jovens em conflito com a lei.

É importante perceber a importância do ambiente no processo socioeducativo, e reconhecer que a permanência prolongada nesses espaços fica profundamente marcada naqueles que fazem uso dele, seja internos, semi internos ou funcionários. É necessário entender em que medida a estrutura física das unidades socioeducativas pode se alinhar com correntes de pensamento mais progressistas, que caminham na direção da substituição do espaço da punição pelo espaço educacional e de capacitação, e assim construir um ambiente mais humano e capaz de reintegrar de fato o adolescente à sociedade.

A proposta do Centro de Semiliberdade e Incubadora Cultural da Messejana é um estudo sobre as possibilidades existentes a partir do conceito de um espaço de privação de liberdade que se abre para a sociedade. É um ensaio sobre a transição do lugar da pena para o lugar do aprendizado, da troca e da reconexão do indivíduo com a sociedade, partindo principalmente das possibilidades que a arte e cultura trazem como elementos de integração.

Figura 1.1
Rebelião em presídio no RN

(Fonte: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/16/pm-entra-em-presidio-no-rn-para-retomar-controle.htm>)

O Brasil possui mais de 30 milhões de adolescentes na faixa entre os 12 e os 18 anos. No contexto de contradições e desigualdade do Brasil,

onde o 1% mais rico possui aproximadamente a mesma quantidade de riqueza que o 50% mais pobre,

os indicadores sociais denunciam a influência dessa disparidade nas condições de vida do jovem.

A partir de alguns recortes, podemos identificar onde as disparidades são ainda mais profundas e que nem todos têm igualdade de acesso aos direitos básicos. A partir do aspecto racial, por exemplo: das pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo, 20,5% apenas são brancos, enquanto 44,1% são negros (IPEA, 2005). As taxas de analfabetismo praticamente dobram quando se compara os brancos analfabetos em relação aos negros analfabetos (IPEA, 2005). Entre os adolescentes entre 12 e 17 anos, os negros possuem 3,23 vezes mais chances de não serem alfabetizados do que os brancos (UNICEF, 2004).

Todos esses dados corroboram para um realidade violenta à margem da sociedade na qual se encontra uma grande parcela dos jovens de baixa renda no país. O baixo nível de escolaridade, a fragilidade socioeconômica e o contexto de violência fazem com que o crime seja uma alternativa para aqueles que almejam alguma ascensão social, ou mesmo apenas serem reconhecidos como indivíduos socialmente relevantes e não-invisibilizados. No contexto da criminalidade, observa-se quase 40% das mortes por causas externas na população jovem são causadas por homicídio (Waiselfisz, 2004).

Para além da questão do racismo estrutural existente em nosso país, pode-se também perceber que **as políticas de repressão ao tráfico e favoráveis ao encarceramento como uma solução para a questão da violência no país têm se agravado.** Em 2019, 56.614 novas vagas em presídios estão em construção, demonstrando a franca expansão do sistema carcerário brasileiro. Ainda que historicamente tenha se provado a ineficiência do encarceramento, principalmente no modelo punitivo vigente, incapaz de ressocializar o apenado, o Estado brasileiro vai na contra-mão das ideias mais progressistas. Também é interessante ressaltar o papel das unidades prisionais no recrutamento de membros para facções criminosas, um fator que não pode ser ignorado em nenhuma instância ao se discutir tanto a questão carcerária em si, mas a própria arquitetura dos espaços de reclusão.



Figura 1.2
Cela superlotada

(Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/15/superlotacao-dos-presidios-facilita-proliferao-de-doencas-afirma-medica/>)

A superlotação dos presídios decorre diretamente da política repressiva que criminaliza delitos menores, como receptação nos casos de tráfico. A guerra às drogas que tem se travado atualmente no Brasil é um dos fatores mais relevantes da crise que se instaurou. O Estado ainda se mostra ineficiente em lidar com a gigantesca massa carcerária que espera julgamento nas unidades de detenção, corroborando para uma desumanização no tratamento que os apenados recebem. Os frequentes motins que acontecem nos presídios e unidades de internação socioeducativas têm como suas principais demandas o desafogamento das unidades e a exigência de um tratamento mais humanizado.

O espaço socioeducativo brasileiro, em geral, repete padrões arquitetônicos e de gestão ultrapassados, focados em uma reclusão física e psicologicamente violentas para o apenado, deixando de lados questões que concernem à educação e instrumentos que garantam a ressocialização do jovem. As unidades devem ser espaços que forneçam às equipes técnicas condições de agregar aos adolescentes novos valores que substituam aqueles que os levaram a cometer o ato infracional. Para isso, além do preparo dos profissionais, é necessário que haja um espaço apto a receber as atividades pedagógicas que irão construir ou resgatar nesses jovens os valores que os tornarão aptos à reinserção no meio social legal.

Apesar de já existirem órgãos e legislações que estabeleçam os parâmetros espaciais para as unidades socioeducativas, como o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) e o ECA, ainda é comum encontrar unidades de cumprimento de medida socioeducativa instaladas em edificações originalmente dedicadas a outros usos. Frequentemente, isto significa espaços inadequados para o processo educativo e que resultam numa ressocialização conturbada, feita em ambientes degradados e limitadores. Por mais que os parâmetros estabelecidos ditem critérios mínimos arquitetônicos e dimensionais, há relações mais subjetivas sobre a relação do usuário, no papel do adolescente em conflito com a lei, com o espaço edificado a sua volta que são pouco estudados. O contato usuário-ambiente no que diz respeito às relações de territorialidade, privacidade, apego e espaço pessoal são cruciais na construção do processo de ressocialização (OLIVEIRA, 2008), uma vez que é um momento significativo na vida do indivíduo que pode redirecionar seus valores para um futuro apartado da marginalidade ou colocá-lo ainda mais em contato com a realidade marginal, que parecia ser a única alternativa antes da internação.

O espaço proposto neste trabalho se trata de uma unidade de semiliberdade, onde os adolescentes estão em progressão de pena ou praticaram delitos de menor gravidade. No período diurno fica liberada a saída para estudo ou trabalho e a restrição de liberdade acontece no período da noite. Partindo do entendimento sobre o papel da educação no processo de ressocialização, propõe-se integrar ao espaço de reclusão uma escola de artes e incubadora cultural, onde possa haver a capacitação tanto de membros da comunidade onde está inserido o equipamento quanto dos semi internos. A arte poderá, então, agir como instrumento que desperte nos jovens o sentimento de integração, que minimize as barreiras para participação social. Segundo Fischer (2007, p.27):

“

A arte – como meio de identificação do homem com a natureza, com os outros homens e com o mundo, como meio de fazer o homem sentir e conviver com os demais, com tudo o que é e com que está para ser – está fadada a crescer na mesma medida em que cresce o homem.

”

Pretende-se que a capacitação conjunta (semi internos/comunidade) seja uma forma de interface e reconexão social entre as diferentes partes que integrem a Escola. Uma vez inseridos num contexto de vivências artísticas, os indivíduos que fizerem usufruto do espaço de ensino poderão mitigar através da arte questões problemáticas de suas vivências. Assim, torna-se não só mais branda a sua experiência enquanto jovem sob medida socioeducativa, mas também se aproxima o olhar de terceiros para questões marginalizadas através do instrumento da linguagem artística. Segundo Vigotski (1999),

a arte tem função de projetar o futuro,

e se utilizar desse dispositivo, aliado ao espaço humanizado e um programa pedagógico bem estruturado pode ser um caminho alternativo para dar aos adolescentes uma nova perspectiva.

Trabalhando com a realidade existente, parece impossível caminhar para a abolição do encarceramento, pela qual militam autoras como Angela Davis. No entanto, acredita-se que pode-se criar uma nova ideia do que sejam esses espaços de reclusão, tornando-os cada vez menos opressores e caminhando no sentido de arquiteturas institucionais voltadas para a educação e ressocialização.

“

As escolas devem, portanto, ser encaradas como a alternativa mais poderosa às cadeias e prisões

(DAVIS, 2003)

”

OBJETIVOS GERAIS

O trabalho visa reinterpretar o espaço socioeducativo a partir de novas lógicas de ressocialização, partindo de um programa de necessidades que dê suporte a um projeto pedagógico que estimule o aprendizado, a reflexão e a troca de experiências entre os usuários, tomando por base conceitos da fenomenologia aplicada à arquitetura.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

_ Interpretar, responder e criticar os entendimentos da reintegração social do jovem pelo olhar do ECA, SINASE e da Psicologia Ambiental

_ Criar um centro de ensino e ressocialização na malha urbana de Messejana que se utilize e reinterprete os conceitos contemporâneos da clausura aliada à socioeducação.

_ Estudar a relação da dinâmica entre a recuperação do jovem e o espaço de reclusão e aprendizagem numa perspectiva objetiva (através do programa de necessidades) e numa perspectiva subjetiva (através da percepção do indivíduo sobre o espaço) a partir de conceitos da fenomenologia

_ Prover um ambiente propício ao ensino, que seja palco de expressões artísticas e conecte o jovem à população que também se utiliza do equipamento

_ Prover local de repouso, reclusão e reflexão condizentes com uma recuperação gradual e saudável

METODOLOGIA

A concepção do trabalho surge a partir de uma reflexão crítica sobre a relação do espaço construído com a ressocialização de jovens em conflito com a lei no Brasil. Foram realizadas consultas a dados sobre o encarceramento no país e as taxas de reincidência. Foi elaborado um panorama histórico geral da pena-prisão, com base em correntes filosóficas de diferentes épocas que criticavam os modelos de punição vigentes no decorrer dos seus respectivos períodos.

Num contexto mais atual, foi feito um estudo sobre legislações e práticas vigentes no contexto da socioeducação a partir de dados do SINASE e do ECA (Sistema Nacional de Socioeducação, Estatuto da Criança e Adolescente e da psicologia ambiental).

No decorrer das pesquisas, foi elaborado um repertório de referências teóricas e projetuais que embasaram a proposta apresentada

02. REFERENCIAL TEÓRICO 24-46

01. por que os indivíduos são apenados?
26-34

02. quem são os apenados no Brasil?
35-39

03. espaços de ensino e ressocialização: uma abordagem fenomenológica
40-46

POR QUE OS INDIVÍDUOS SÃO APENADOS?

A origem da pena de prisão no contexto mundial

Antes que se constituísse o Estado Moderno, considerado o responsável por vigiar e detentor do poder de punir, a sociedade já se organizava em grupos. Desde então, atitudes tidas com antissociais por membros da comunidade já eram penalizadas, seja com vinganças privadas (a resposta do próprio ofendido ao indivíduo que cometeu a ofensa), vinganças públicas, baseadas em conceitos religiosos ou do senso comum à época ou com base em leis escritas primitivas, como a Lei de Talião e o Código de Hamurábi (fig. 2.1). A prisão como pena final, no entanto, não era usual, e era aplicada apenas como pena-custódia de maneira a auxiliar no processo que asseguraria a aplicação da última instância da penitência.

Frequentemente, as medidas tomadas como punição eram arbitrárias, cruéis e passavam pelo castigo físico, a mutilação ou a própria pena de morte. Partindo do Estado, de um suserano ou das próprias partes envolvidas, as penas violentas por muito tempo fizeram parte da remediação das inseguranças sociais. No Absolutismo, chega ao auge a utilização da violência e dos castigos públicos, conhecidos como suplícios (ver fig. 2.2). O Estado, no papel do monarca,



Figura 2.1

Código de Hamurábi

Fonte: <https://www.estudopratico.com.br/codigo-de-hamurabi/>

procurava reproduzir a ordem social e política através da aplicação da pena. O poder sobre o corpo do condenado reafirmava sua posição de autoridade em relação a todo o resto da sociedade, mas principalmente em relação às classes mais desfavorecidas.

Segundo Foucault (1987), somente a partir do séc. XVIII a separação dos indivíduos considerados 'normais' e os 'especiais' passa a ser mais organizada. A distinção entre os indivíduos e os seus diversos desvios de conduta eram muito imprecisos até lá. Na sociedade moderna, então, junto da organização científica Iluminista veio uma maior elaboração dos métodos de segregação. A espacialização da estrutura punitiva tornou-se mais complexa à medida que os estratos sociais são enxergados de maneira mais clara e hierárquica.

Figura 2.2

Execução pública na Inglaterra do séc. XVII

Fonte: <https://members.huntakiller.com/blog-articles/2017/3/25/public-hangings-a-fun-day-out-in-17th-century-england>



No contexto do crescimento acelerado das cidades, da instauração da nova divisão do trabalho e de uma visão cada vez mais antropocêntrica da sociedade, passou a ser uma necessidade urgente das novas instituições ordenar as massas para viabilizar o sistema vigente. Para isso, as condutas dos indivíduos passariam a ser então também organizadas a partir de uma ótica 'taxonômica' advinda do Iluminismo, dando origem às novas e diferentes penas aplicadas.

Os avanços nos estudos sobre o comportamento humano e a moral iluminista fizeram com que fosse cada vez menos frequente a punição física. "Que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo". (FOCAULT, 1987, p. 21). O foco agora seria a 'reeducação' do indivíduo. Ferramentas eficientes no controle social passaram a ser cada vez mais necessárias para a viabilidade do sistema de produção, e os edifícios dedicados ao controle passariam a ser cada vez mais hierarquizados e compartimentados, conforme a complexidade que tomava a questão.

“

Parece-me que, no final do século xvii, a arquitetura começa a se especializar, ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo. Outrora, a arte de construir respondia sobretudo à necessidade manifestar o poder, a divindade, a força. O palácio e a igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se deus. A arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno dessas exigências. Ora, no final do século xviii, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos.

(NASCIMENTO, 2008)

”

Segundo Foucault (1987), nas discussões promovidas sobre as origens do poder disciplinar no Ocidente, conclui-se que esse controle é obtido através da manipulação das atividades do indivíduo (e conseqüentemente dos seus corpos) no tempo e espaço. O poder disciplinar se associa com a emergência das novas organizações disciplinares na Europa entre os séculos XVIII e XIX, resultado das diversas mudanças no processo penal nesse período. Essas novas organizações demandam a elaboração de novos edifícios que possam abrigá-las adequadamente.

“

Dentro de cada um desses edifícios, fazia-se necessário agrupar os casos semelhantes em compartimentos específicos (9). As estruturas espaciais tornam-se mais complexas no mesmo ritmo que os estratos da sociedade passam a ser enxergados com mais precisão – mais graus hierárquicos, maior grau de compartimentação no interior das edificações.

(NASCIMENTO, 2008)

”

Toda a nova gama de instituições modernas propriamente ditas teria a arquitetura como instrumento que estabelecesse uma interface com a massa cívica. A ordenação dessa sociedade se dá em diferentes níveis de serviço social, como escolas, hospitais, indústrias e o próprio sistema penal. A partir dos edifícios, o Estado instaura os novos padrões de organização espacial e de comportamento, permeando difusa e implicitamente o cotidiano da população e estabelecendo uma relação de controle silenciosa para com as massas.

Para o novo modelo capitalista, interessava mais ter nas mãos o controle de uma potencial mão-de-obra barata do que dizimar a população considerada 'delinquente'. O sistema vigente compreende então que a punição que corresponde melhor às suas relações produtivas seria o aprisionamento. O disciplinamento dos grupos sociais economicamente improdutivos era uma solução perfeitamente viável para o problema da falta de força produtiva, e sustentava-se no argumento da ressocialização,

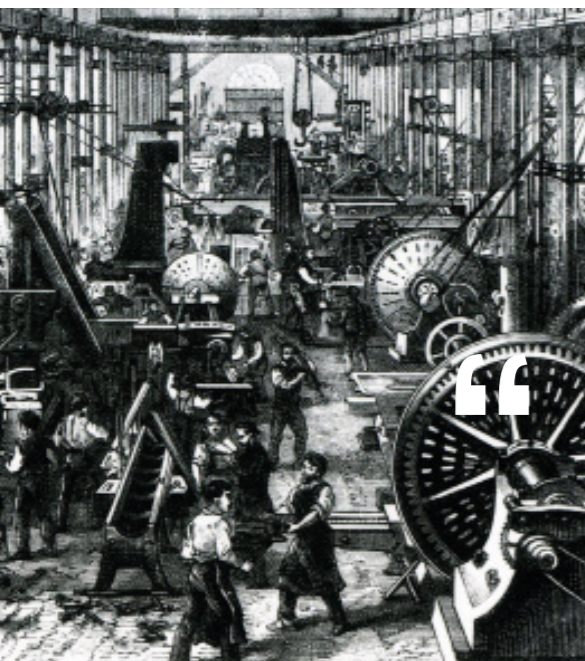


Figura 2.3

Trabalhadores fabris na Segunda Revolução Industrial

(Fonte: <https://www.estudopratico.com.br/codigo-de-hamurabi/>)

uma vez que o apenado passava seu tempo integralmente subjugado à disciplina do trabalho e da vigilância. Ao final da período punitivo, o apenado estaria então reintegrado à sociedade enquanto mão-de-obra operária capacitada.

O trabalhador integrado no mercado de trabalho é controlado pela disciplina do capital, enquanto o trabalhador fora do mercado de trabalho é controlado pela disciplina da prisão (SANTOS, 2010, p. 438)

Daí em diante, as instituições punitivas passaram a focar cada vez menos na pena como castigo e mais na mobilização de uma grande força de trabalho disfarçada de recuperação. A disciplina passa a ser tida como o objetivo central, focando na educação e domesticação da mão-de-obra. Os apenados, ou ‘desviados’ dos objetivos centrais que o sistema capitalista vislumbrava para o indivíduo se tornavam ‘corpos submissos’ através dos mecanismos de disciplinamento aplicados nas prisões, como afirma Foucault:

”

“

A disciplina fábrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ele procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada

(FOUCAULT, 1987, p. 119)

”

Essas casas de trabalho (fig. 2.4 e 2.5), como eram denominadas genericamente os prédios das instituições punitivas, são o primeiro indício do surgimento da prisão nos moldes que conhecemos hoje: uma instituição segregadora voltada à reeducação punitiva e disciplinadora das classes socialmente fragilizadas.

Figura 2.4

Casa de trabalho de Sampson Kempthorne

(Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Workhouse#/media/File:Sampson_Kempthorne_workhouse_design_for_300_paupers.jpg)

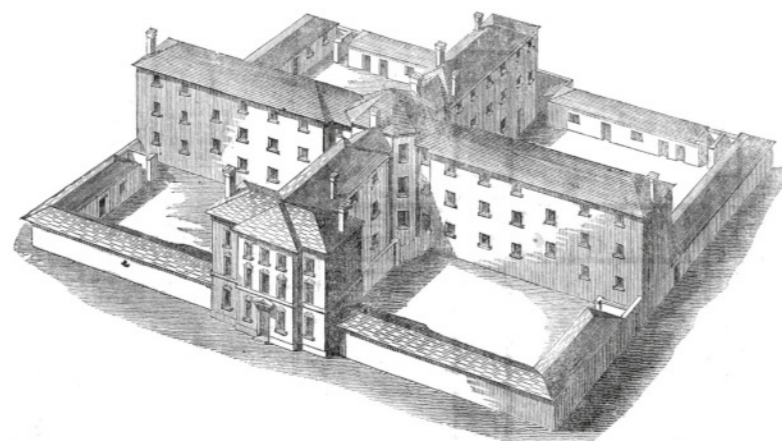


Figura 2.5

Casa de trabalho de Sampson Kempthorne

(Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Workhouse#/media/File:Sampson_Kempthorne_workhouse_design_for_300_paupers.jpg)

A visão antropocêntrica e as correntes racionalistas ganharam força no final do séc. XVIII com o apogeu do Iluminismo. Para o direito penal, isso significou uma revisão das penas aplicadas, que resultou num abrandamento dos castigos e em um tratamento mais humanitário aos presos. Alguns estudiosos, entre eles John Howard, dedicaram-se a visitar prisões e compor relatos sobre seu a situação em que elas se encontravam, e a partir disto empenhar esforços por uma reforma carcerária.

Era proposto por Howard que se construíssem novos estabelecimentos, mais higienizados, com assistência médica e alimentação adequada para os encarcerados. Diversos pontos defendidos por Howard em 1777 ainda fazem parte do sistema carcerário atual, além de diversas críticas que também foram tecidas ainda serem parte integrante dos problemas que encontramos hoje em muitas unidades de privação de liberdade. Tal estagnação do sistema nos leva a uma análise crítica sobre o real papel do encarceramento na ressocialização, se há realmente uma tentativa de aprimorar a pena de prisão ou se ela funciona até hoje apenas como mecanismo de controle social do Estado.

Outro autor bastante importante em suas formulações sobre a estrutura prisional, inclusive pela sua proposta pioneira de uma arquitetura vigilante, é Bentham. Ele foi o idealizador do Panóptico (ver fig. 2.6 e 2.7), modelo arquitetônico prisional que Foucault descreve da seguinte maneira:

“

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades especiais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder - só conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha”. (Foucault, 1987, p. 166).

”

Figura 2.6
Panóptico

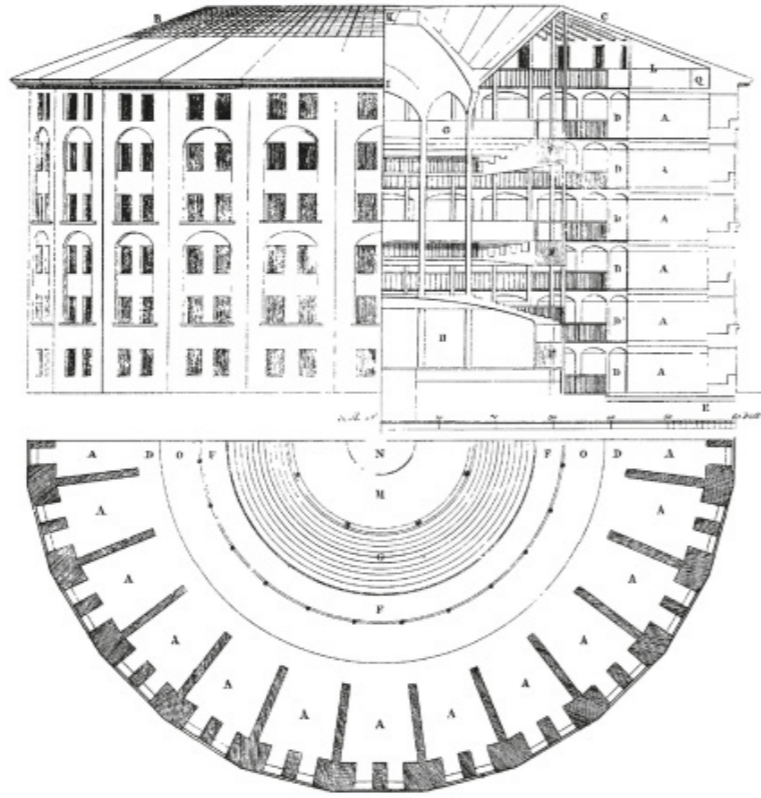
(Fonte: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/16/pmentra--em-presidio-no-rn-para-retomar-controle.htm>)



Figura 2.7

Modelo do Panóptico de Bentham

(Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pan-%C3%B3ptico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pan%C3%B3ptico))



No modelo do Panóptico, o apenado se encontra em constante estado de atenção, pela consciência de estar o tempo todo ao alcance da vista do seu cárcere. Foi uma maneira que Bentham encontrou de rebater a relação de poder, independente de alguém o estar exercendo ou não, na forma arquitetônica. Sua intenção era que o modelo de prisão proposto por ele desestimulasse a prática de outros crimes e ainda servisse como alerta para todos. Pelos rebatimentos práticos da arquitetura do Panóptico, e até mesmo pela imagética atribuída a ele, o modelo proposto por Bentham acabou se tornando uma das melhores expressões do poder sobre os corpos que o Estado exerce, silenciosa e constantemente, na vida dos marginalizados. O estado de alerta constante e a possibilidade da punição iminente refletem o poder do opressor em relação ao oprimido.

QUEM SÃO OS APENADOS NO BRASIL?

o adolescente em conflito com a lei e o estatuto da criança e do adolescente

No Brasil, o adolescente autor de qualquer ato infracional está submetido às medidas socioeducativas definidas pelo ECA, e não às penas criminais comuns. Isso decorre tanto pelo fato do menor de dezoito anos ser penalmente inimputável como também do entendimento da condição peculiar de desenvolvimento do jovem em conflito com a lei. As medidas podem ser aplicadas tanto em meio aberto, a partir de serviços prestados à comunidade, advertências e termos de reparação de danos, como também com restrição de liberdade, como a internação e a semiliberdade.

Figura 2.8

Jovens da Fundação Casa (antiga Febem) aguardando o título de eleitor

(Fonte: <https://veja.abril.com.br/brasil/menores-fogem-de-unidade-da-fundacao-casa-no-abc/>)

Pan%C3%B3ptico



É relativamente recente a discussão sobre o tratamento dispensado aos adolescentes, uma vez que o ECA foi publicado pela primeira vez em 1990, após a Constituição de 88, em meio ao processo de redemocratização. Até então, o Estado se encarregava de determinar aqueles que não se enquadravam nos parâmetros morais estabelecidos, fora do ambiente familiar, ou em um ambiente familiar que oferecesse ‘risco moral’ e os recolhia para evitar que se tornassem ‘futuros criminosos’.



(...) Era comum que jovens fossem recolhidos das ruas por vadiagem, baderna, mendicância, e classificados como “menores”, “vadios”, “desordeiros” e “perigosos” pela polícia, sendo encarcerados sem nenhum processo judicial

(NERI, 2009, p. 39)



Durante anos, as políticas públicas voltadas para esse estrato social perpetuavam a criminalização de uma juventude majoritariamente negra e pobre. Segundo Neri (2009), a própria criação de entidades como a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) e a Funabem durante os governos da ditadura militar atuavam no sentido de criminalizar usuários de drogas e apreender jovens por atitudes tidas como ‘suspeitas’. A criação do ECA em 1990 surge então como um instrumento de acesso a direitos por parte dos adolescentes em conflito com a lei, a quem cabe receber proteção do Estado e subsídios que auxiliem na reparação do seu desenvolvimento enquanto cidadão.

Já por parte da sociedade civil, o tratamento proposto pelo ECA sido alvo de diversas críticas. Tem sido tema de debates a diminuição da maioria penal para 16 anos, argumentando-se que são ineficazes as medidas aplicadas, além de contribuírem ativamente para o aumento nas taxas de violência urbana. Porém, essas afirmações raramente tomam por base a realidade do sistema de justiça juvenil, e são reforçadas por pautas midiáticas sensacionalistas de setores de mais conservadores da sociedade. Ainda são recentes os dados que se possui sobre a população jovem em cumprimento de medida socioeducativa, uma vez que o primeiro levantamento de dados aplicado pelo SINASE data de 2009. Toda ação no sentido de se entender mais sobre o perfil do adolescente em conflito com a lei é positiva para seguir na humanização do sistema de justiça, promovendo cada vez mais eficácia em suas ações.

No último levantamento feito pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2016), havia um total de 25.929 adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade (internação provisória, internação e semiliberdade), além de 521 em outras modalidades de medida (atendimento inicial, internação sanção), totalizando 26.450 adolescentes e jovens no sistema.

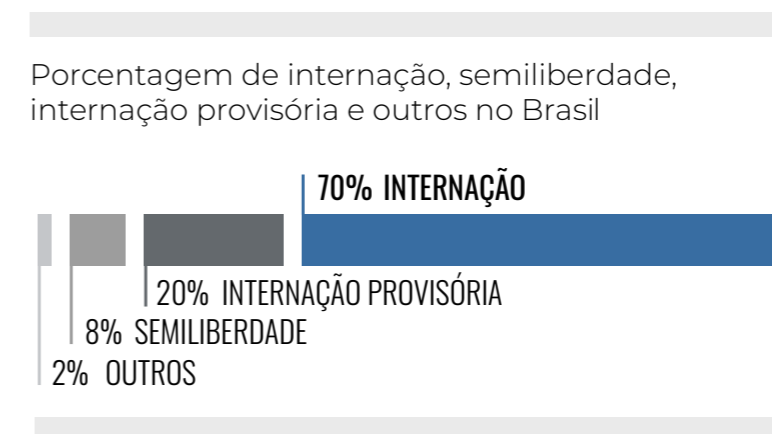


Figura 2.9

Porcentagem de internação, semiliberdade, internação provisória e outros no Brasil (Fonte: Levantamento SINASE 2016)



Figura 2.10

Jovens da Fundação Casa (antiga Febem)

(<https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/2013/04/pavor-de-investigacao/>)

Em 2016, dos 26.450 atendidos, 18.567 (70%) estava em medida de internação, 2.718 (8%) em medida de semiliberdade e 5.184 (20%) em internação provisória. Os outros 2% se encontravam em atendimento inicial ou internação sanção. No Ceará, o número de adolescentes cumprindo medidas era de 1.062, e no biênio 2015-16, o percentual de jovens atendidos pelo sistema socioeducativo teve uma variação negativa de 21%.

A região Nordeste possui 20,1% de todas as unidades socioeducativas do país, enquanto a região Sudeste possui 45,7%. Segundo o levantamento de 2016, esses números acompanham os números populacionais de cada UF do país. Somente o estado de São Paulo possui 30,6% do total de unidades, que corresponde a 146 postos entre internação, semiliberdade, internação provisória, internação sanção e atendimento inicial. Do total de centros socioeducativos, 87,7% são voltados

exclusivamente para jovens do sexo masculino. Em uma primeira análise, este número condiz com a demanda de centros femininos, uma vez que apenas 3,38% dos atos infracionais registrados em 2016 foram praticados por jovens do gênero feminino.

Dos atos infracionais cometidos, 47% foram classificados como análogos a roubo, 22% relacionados a tráfico de drogas e 10% de homicídios, acrescidos de 3% de tentativa de homicídio. É interessante debater este dado em específico, sobre os 16% relacionados aos crimes graves, como é o caso do homicídio, latrocínio e estupro. Em relação ao quadro geral, menos de um quinto dos delitos registrados se enquadra nos atos que são utilizados para justificar um endurecimento das leis que regem os adolescentes sob medida socioeducativa.

Adolescentes em cumprimento de medida por raça

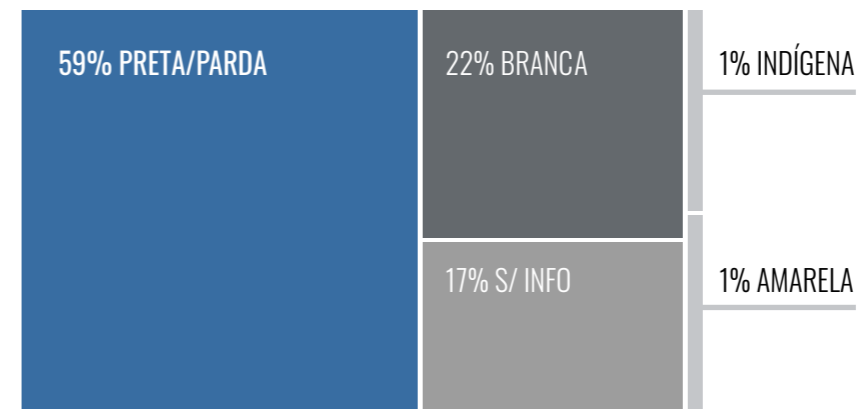


Figura 2.11

Adolescentes em cumprimento de medida por raça (Fonte: Levantamento SINASE 2016)

Os argumentos mais conservadores, que ditam que a brandura do sistema seria a causa da violência urbana, perdem força quando colocados à luz dos dados. Estes, por sua vez, reforçam que a desigualdade social e a política de repressão às drogas são a maior causa que leva os jovens a cometer atos infracionais.

Quanto ao perfil de idade, mais da metade (57%) dos jovens sob medida socioeducativa tem entre 16 e 17 anos, seguido por 26% entre 18 e 21 anos. De sua totalidade, 59,01% era de adolescentes pretos/pardos. Mais uma vez, os dados denotam a questão do racismo estrutural que dita o perfil do jovem marginalizado no país.

Adolescentes em cumprimento de medida por faixa etária

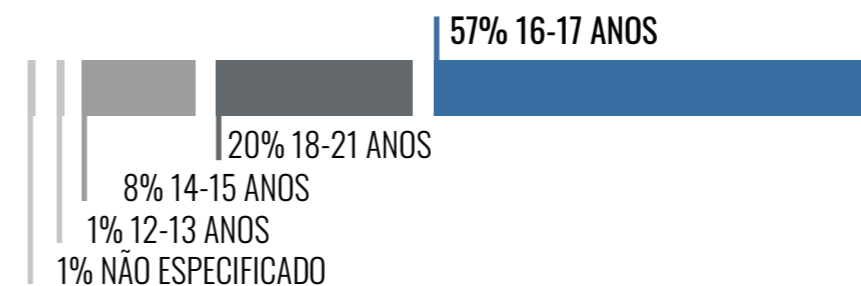


Figura 2.12

Adolescentes em cumprimento de medida por faixa etária (Fonte: Levantamento SINASE 2016)

AS QUESTÕES DE PERCEPÇÃO NOS ESPAÇOS DE ENSINO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL: UMA ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA

Após o breve apanhado de dados exposto, pode-se questionar se a eficácia da aplicação das medidas socioeducativas não tem sido comprometida pela incoerência entre as estruturas físicas das unidades e o programa pedagógico que não sucede em ser aplicado em tais locais. Além disso, as lógicas racionalistas aplicadas nos projetos que são construídos frequentemente geram espaços sem qualidade, que não permitem uma experiência que desperte a sensibilidade e as percepções do usuário.

Compreende-se que o lugar deveria transcender sua própria condição física e, por assim dizer, querer dizer algo, como a própria linguagem. No entanto, diferentemente da linguagem, a arquitetura assume intensidades sensoriais silenciosas que dificilmente se traduzem em palavras, tornando-se assim um potencial veículo de mensagens apenas percebidas através de “experiências sensoriais materiais e diretas” (HOLL, 1993). Na investigação proposta, surge a problemática de um programa que pressuponha espaços de reflexão, reclusão e aprendizado, que evoquem tanto momentos de introspecção e aprendizado individual como momentos de congregação e aprendizado comunitário (figura 2.13). Tais momentos introspectivos são fundamentais no processo de tomada de consciência sobre a nossa existência única própria no lugar, processo que resulta no desenvolvimento da consciência de percepção do indivíduo (HOLL, 1993).

Figura 2.13

Centro Comunitário e Igreja de Santo Antônio em Portalegre, Portugal. Carrilho da Graça Arquitetos Associados (Fonte: <http://bit.ly/33NsrpW>)



Figura 2.14

Tadao Ando, Koshino House

(Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/194991858852245101/>)



Segundo Juhani Pallasmaa em 'A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura', a sensação de solidão é um dos sentimentos mais básicos da arquitetura. "Uma forte experiência de arquitetura sempre desperta uma sensação de solidão e silêncio, independentemente do número de pessoas ou do barulho". Em 'Questões de Percepção', Steven Holl afirma que a nossa experiência e sensibilidade podem evoluir mediante a análise reflexiva e silenciosa. A busca dessa sensação no espaço construído visa suscitar a necessidade de comunicar descobrimentos feitos introspectivamente. "A reflexão privada provoca a ação pública" (HOLL, 1993).

A arquitetura, de maneira ainda mais potente que as outras formas de arte, é capaz de captar a imediatez das percepções sensoriais. A passagem do tempo, a luz, a sombra, as texturas e materiais são capazes de despertar as complexidades da percepção através do silêncio do edifício (figura 2.14). No programa proposto, há preponderância do espaço da escola de artes sobre o espaço de semi-internação, o que fala por si só sobre as intencionalidades do projeto. A opção feita por investigar as relações fenomenológicas da arquitetura numa escola e espaço de ressocialização surge justamente do argumento de explicitar e potencializar, através das vivências artísticas e subjetivas da arte em suas diversas formas, a capacidade da arquitetura de transformação da realidade.

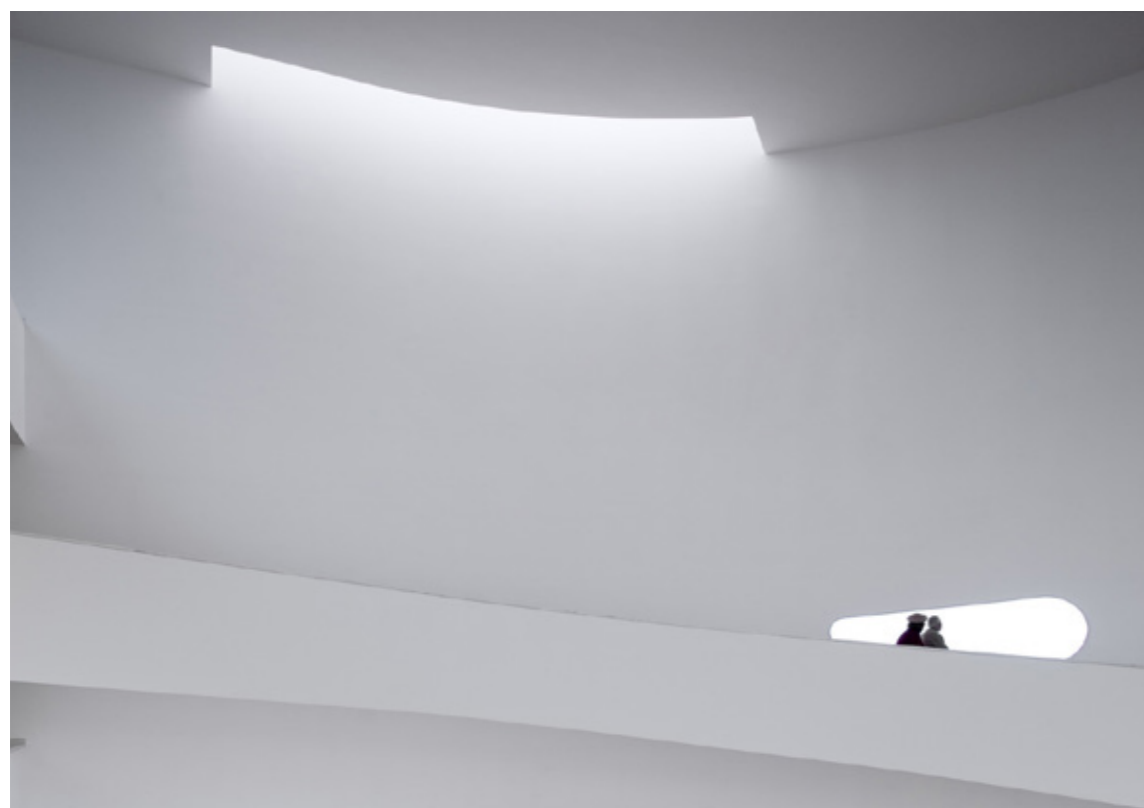
A partir do entendimento da prática arquitetônica como 'método decididamente empírico e atento aos dados do contexto' (MONTANER, 1993), pretende-se aprofundar a

Figura 2.15

Ponte de pedestres em Covilhã, Portugal. Carrilho da Graça Arquitetos Associados. (Fonte: <http://bit.ly/2LILDV5>)



pesquisa em projeto através de um enfoque crítico e, como sugere Tadao Ando no artigo 'Por Novos Horizontes na Arquitetura', **desenvolver-se através e além do modernismo**. Por postura crítica ao movimento moderno, entende-se o questionamento às abordagens mecanicistas típicas do movimento, sem no entanto se deixar levar por correntes pós-modernas que respondem a essas questões com excessos que tendem a reproduzir jogos formalistas confusos. No estudo da obra de arquitetos que trabalham conscientemente os aspectos fenomenológicos em suas obras, dentre eles referências portuguesas como Álvaro Siza (figura 2.16), Carrilho da Graça (figura 2.15) e Aires Mateus, o japonês Tadao Ando (figura 2.14) e o



americano Steven Holl, é perceptível a manipulação de formas primárias que são modificadas através de operações de distorção, compressão, alongamento, rotação, dentre outras técnicas generativas. Essas operações resultam em formas muitas vezes singulares, capazes de surpreender e provocar a reflexão por si só. Em um ambiente de ensino e ressocialização, que tem como razão de ser a tomada de consciência de si próprio pelo usuário, tais atitudes projetuais fazem sentido como partido.

Figura 2.16
Fundação Iberê Camargo,
Álvaro Siza
(Fonte: <http://bit.ly/34RMeWu>)



Figura 2.17
Museu de Serralves,
Alvaro Siza.
(Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/279504720594317307/>)

A partir de cada operação de manipulação da forma, pretende-se captar a emergência da vivência momentânea, o fragmento da realidade que palpita no instante da percepção. como sugere Kenneth Frampton em 'História Crítica da Arquitetura Moderna'. Nas atitudes rigorosas e lineares modernistas, essas ações projetuais encontram mais dificuldades em serem realizadas. E é nesse sentido que Siza logra êxito em diversas obras, ao se contrapor à tranquilidade das formas regulares, questionar proporções esperadas, criando pontos de tensão (figura 2.17) que conferem aos seus espaços ambiências muito particulares. O "desassossego da forma" (figura 2.18) de Siza, como descreve Renato Leão Rego em referência ao Livro do Desassossego de Fernando Pessoa, o desconecta com qualquer ideal platônico da forma, da regularidade clássica, e o traz para mais próximo da circunstancialidade do momento de apreensão da arquitetura. Em última instância, a força do projeto emerge do fragmento, do toque, da luz e sombra, e de todas as questões evocadas a partir da percepção, em detrimento de um gesto claro e austero em planta.

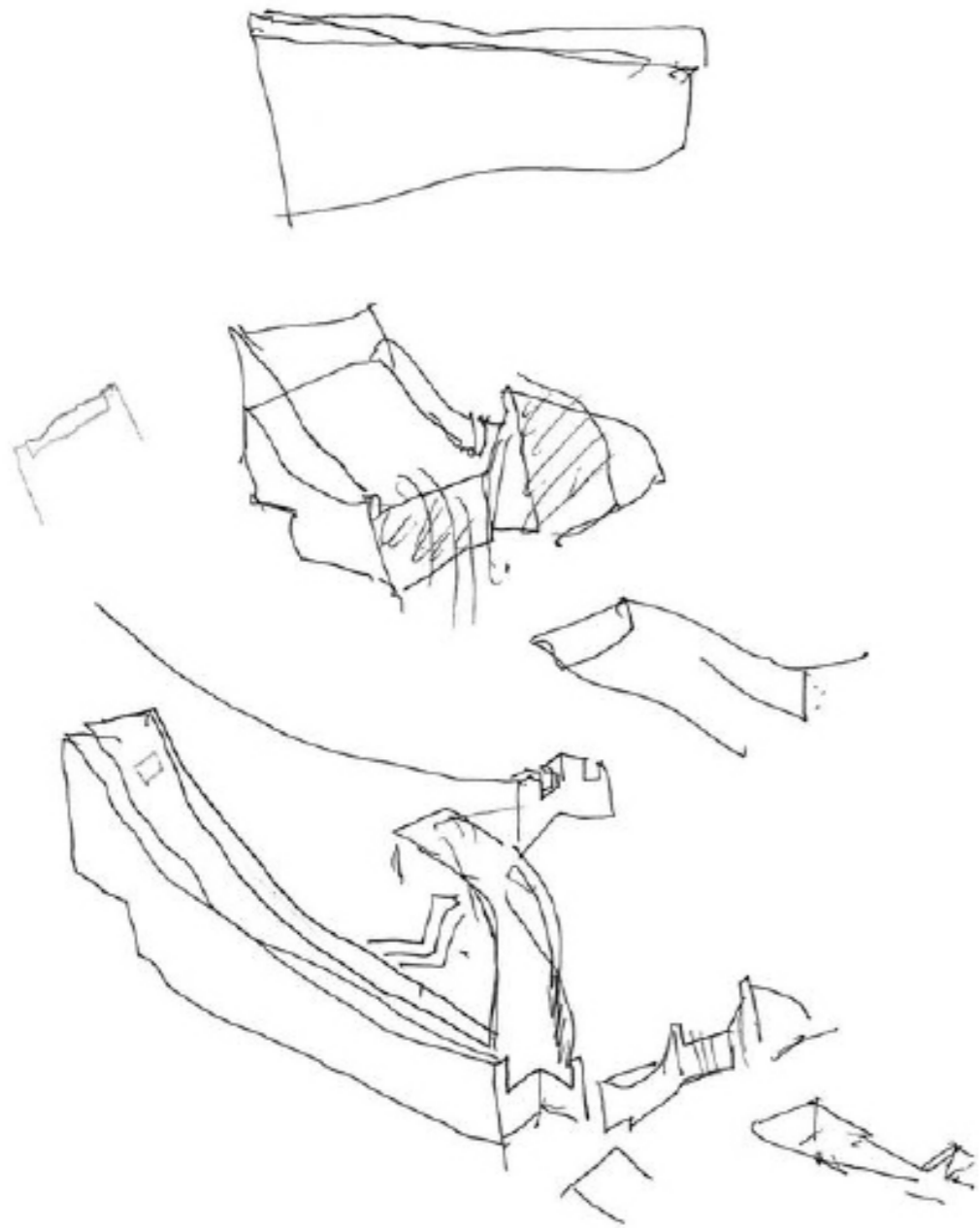


Figura 2.18

O desassossego da forma.
Croqui de Álvaro Siza para o Museu Saya
Park na Coreia do Sul.

(Fonte: [https://br.pinterest.com/
pin/325385141831010006/](https://br.pinterest.com/pin/325385141831010006/))

03.
REFERÊNCIAS PROJETUAIS
48-59

01. a obra de álvaro siza
50-55

03. escola superior de música do instituto
politécnico de lisboa
carrilho da graça arquitectos
56-59

A OBRA DE ÁLVARO SIZA

“

Além de aceitar nebulosa loucura a fera escondida procura o tempo de pensar, durante mil horas, o que surge num segundo descobre transforma e depura.

”

O trecho acima foi retirado do manuscrito 'Método', de Siza Vieira. A reflexão, feita no contexto da análise teórica do processo de projeto do arquiteto, também trabalha de maneira metalinguística refletindo aspectos da apreensão dos seus próprios edifícios enquanto matéria construída. O entendimento da concepção de arquitetura como uma trajetória não-linear e não-analítica ("aceitar a nebulosa loucura"), herança de liberdade campo experimental advinda em parte por sua proximidade com o professor Fernando Távora, lhe concede o "benefício" da indagação contínua, da subjetividade acentuada e da reflexão solitária, vistos tanto em sua teorização sobre processos quanto em suas obras. (Figura 3.1)



Figura 3.1

Fundação Iberê Camargo e o espaço da subjetividade individual

(Fonte: <http://bit.ly/363k7ne>)



Figura 3.2
 Capela do Monte,
 Siza Vieira
 (Fonte: <https://bit.ly/2Pexhql>)

Tendo sua formação no contexto do que se pode chamar genericamente de modernismo tardio português, a obra de Siza não se encaixa propriamente em uma continuação da tradição moderna. Ainda assim, pode-se afirmar que, em consonância com a fala de Ando em 'Por Novos Horizontes na Arquitetura', ele se desenvolve através de uma reflexão e interpretação dessa tradição. O arquiteto se utiliza dos recursos modernos para poder evocar na obra uma ligação com as especificidades do contexto da cidade. No entanto, a sua dissonância de alguns pontos chave que caracterizam em geral as obras ditas modernas, como o lento e sucessivo abandono da explicitação da natureza dos materiais e seus valores estruturais é que lhe concede uma atenção exclusiva ao espaço enquanto matéria plástica, a qual o arquiteto Alexandre Alves Costa se refere como 'escandalosa artisticidade' (Figura 3.2). A sua origem no campo das artes plásticas faz com que exista um claro enfoque nas qualidades da percepção imediata como as luzes, sombras e os valores texturais, somente percebidos através da percepção pessoal individual.

A partir de uma de uma análise bidimensional, há uma aparente desordem em planta (Figura 3.3). Nos cortes, menos confusos, ainda não se apreende a real intenção de uma forma advinda da estranheza, de inflexões inesperadas, de angulações dramáticas. Sendo a modelagem do espaço o motivo central, objetivando o controle da luz e das demais qualidades sensoriais, os projetos de Siza só encontram sua ordem na tridimensionalidade, apreendidos exclusivamente pela dimensão do tempo. É neste ponto que seus projetos dialogam particularmente com programas que exigem lugares de assimilação individual e reflexiva, como é o caso do espaço de ensino e ressocialização de jovens. Tal como na obra de Ando, Siza Vieira por vezes deixa espaços 'desancorados', através do sobredimensionamento de um corredor, por exemplo (Figura 3.4).

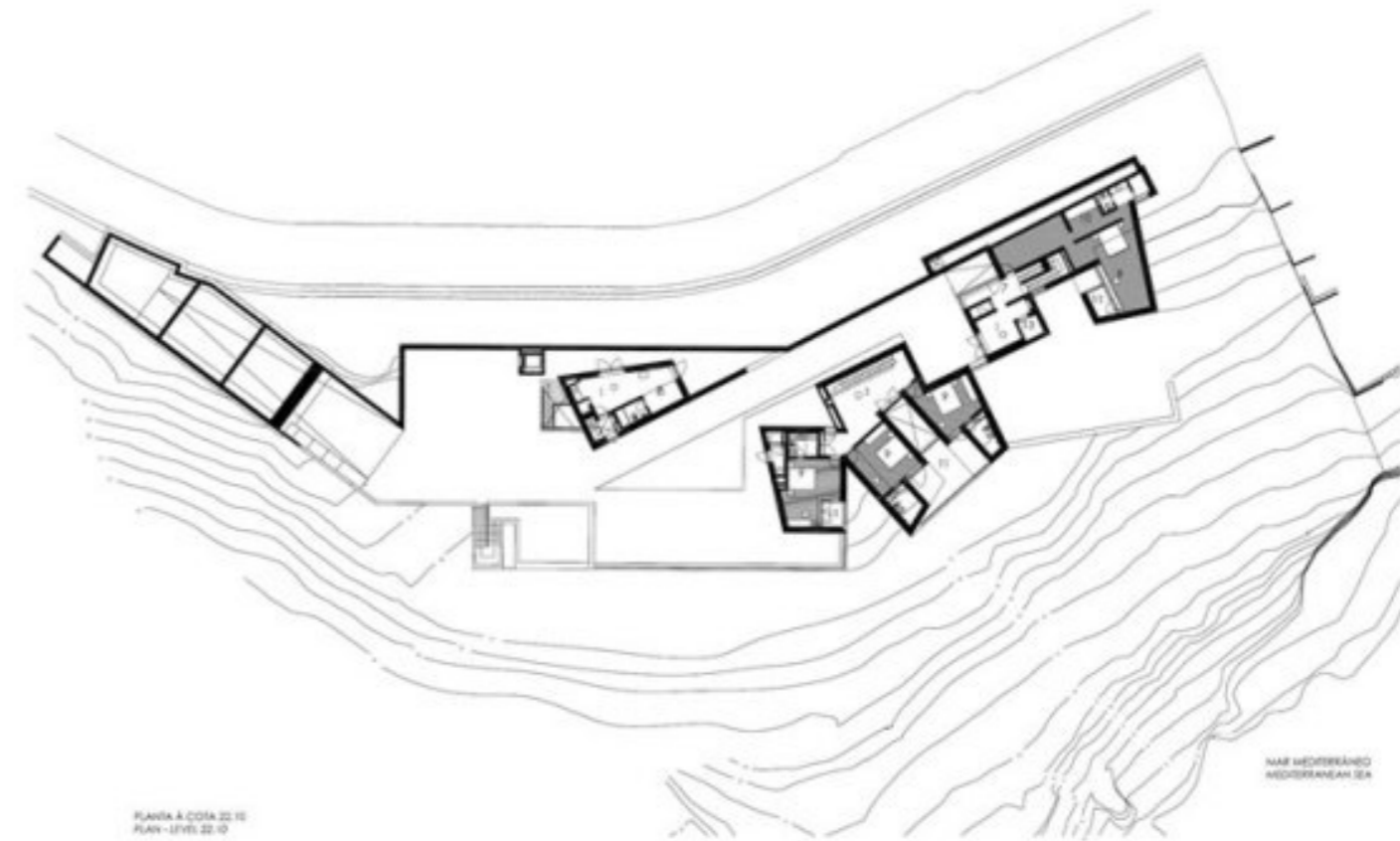


Figura 3.3
 Planta baixa de asa em Maiorca, Siza Vieira.
 (Fonte: <https://sancheztaffurarquitecto.wordpress.com/2009/02/02/casa-en-mallorca-alvaro-siza-espana/>)

A intencionalidade subjetiva pode ser tomada como partido em ambientes que objetivem provocar a reflexão através do próprio espaço construído. Assumir a subjetividade do espaço, partindo de um pressuposto funcionalista, para obter a construção de uma arquitetura que têm em sua essência a artisticidade pode resultar em caminhos não tão claros. E que isso seja evidenciado: os caminhos não são claros.



Figura 3.4

Corredor do Centro Desportivo Ribera-Serrallo Conellá de Llobregat, Siza Vieira.

(Fonte: <http://arquiscopio.com/archivo/2012/11/28/piscinas-del-parc-esportiu-en-cornella/?lang=pt>)

“

(...) Dizem-me (alguns amigos) que não tenho teoria de suporte nem método. Que nada do que faço aponta caminhos. Que não é pedagógico.

Uma espécie de barco ao sabor das ondas a que inexplicavelmente nem sempre naufraga (ao que me dizem também).

Não exponho excessivamente as tábuas dos nossos barcos, pelo menos em mar alto. Por demais têm sido partidas.

Estudo correntes, redemoínhos, procuro enseadas antes de (ar)riscar.

Posso ser visto só, passeando no convés. Mas toda a tripulação e todos os aparelhos estão lá, o capitão é um fantasma.

Não me atrevo a pôr a mão no leme, olhando apenas a estrela polar. E não aponto um caminho claro.

Os caminhos não são claros”

Álvaro Siza, 'Oito Pontos'.

”

ESCOLA SUPERIOR DE MÚSICA DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA / CARRILHO DA GRAÇA ARQUITECTOS

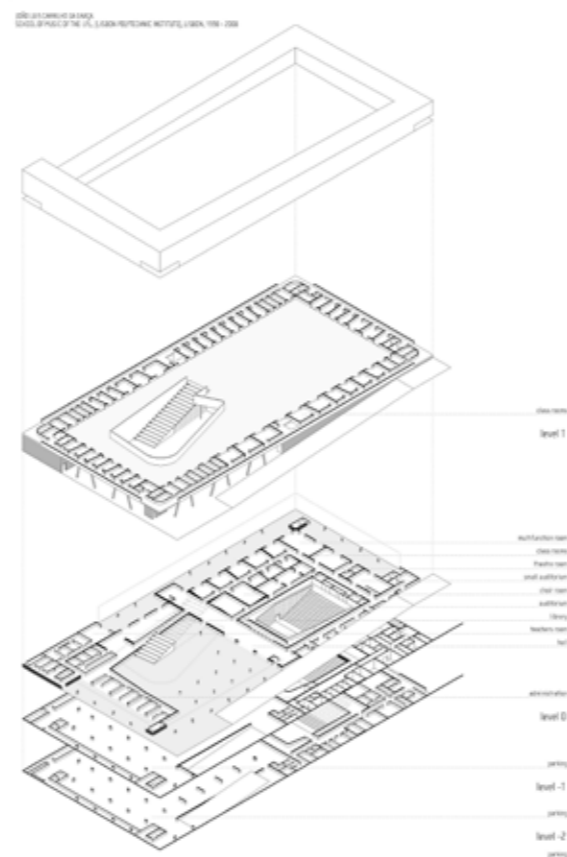


Figura 3.5
Escola Superior de Música,
Carrilho da Graça Arquitectos
(Fonte: <http://bit.ly/38cyRCh>)

Figura 3.6
Volume cego com
aberturas pontuais
(Fonte: <https://bit.ly/36aqCVp>)



Localizado em Lisboa, o projeto da Escola Superior de Música se desenvolve a partir de uma clara afirmação de pátio interno (figura 3.5). Por se localizar numa centralidade da cidade, região ruidosa, o projeto se encerra em si próprio tanto visual quanto acusticamente, num volume cego (figura 3.6) que protege o edifício do ruído exterior. As aberturas pontuais são feitas nos ângulos (figura 3.7), permitindo a conexão visual do interior com o exterior sem comprometer a qualidade acústica do projeto.

Figura 3.7
Aberturas nos
ângulos do edifício.
(Fonte: <https://bit.ly/36aqCVp>)



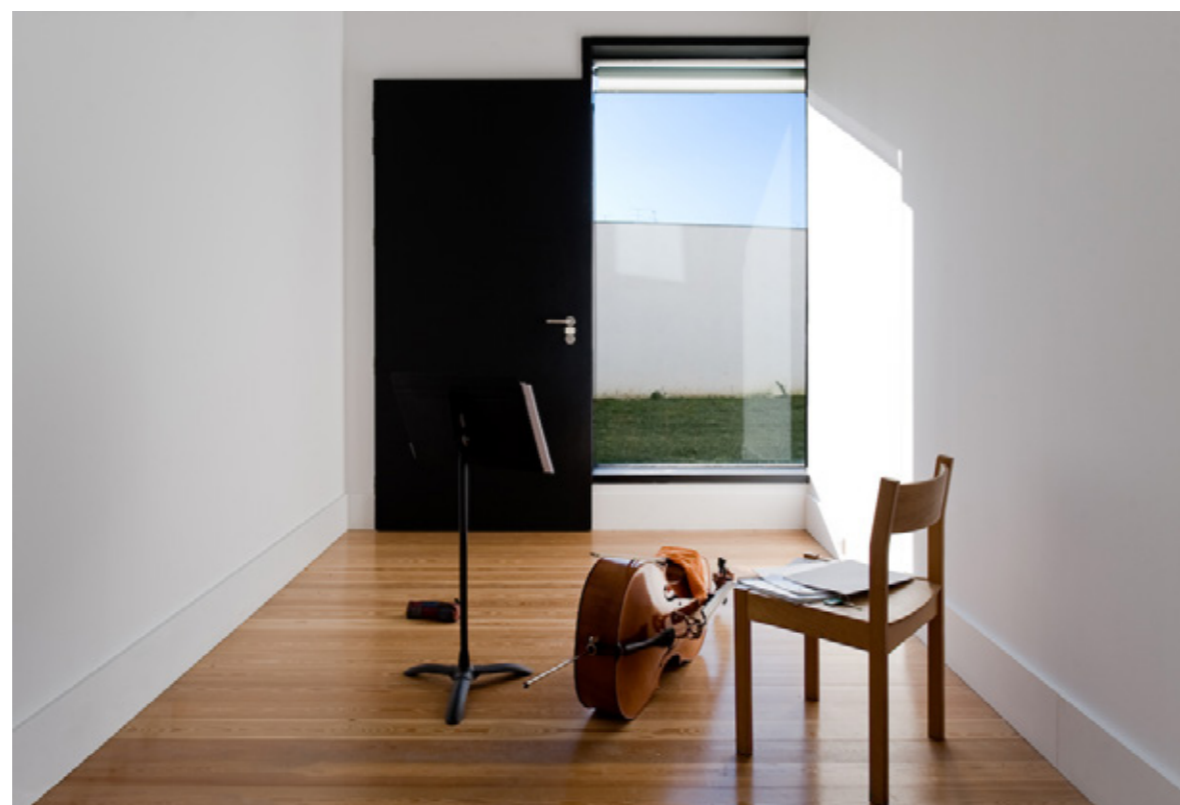


Figura 3.8
sala de prática
individual.

(Fonte: <https://bit.ly/36aqCVp>)

As salas de prática, que se voltam para o pátio, possuem dimensões diferentes que seguem a variação de altura do edifício. Essa diferença de tamanho possibilita que sejam alocadas práticas de diferentes instrumentos, desde a flauta nas de menor dimensão até instrumentos de percussão nas maiores. A conexão visual das salas com o vazio interior traz o ambiente comum da escola para dentro das salas de maneira controlada (figuras 3.8 e 3.9).



Figura 3.9

Relação das salas de
prática com o pátio interno.

(Fonte: <https://bit.ly/36aqCVp>)

04. DIAGNÓSTICO DA ÁREA 60-75

01. o bairro messejana
62-63

02. terreno e entorno
64-65

03. legislação / macrozoneamento
66-69

04. usos
70-71

05. gabarito
72-73

06. mobilidade
74-75

O BAIRRO MESSEJANA

Relatos de 1603 locam na região de Messejana uma aldeia indígena que, mais tarde (em 1663), com incursões de padres jesuítas, recebe o nome de Paupina. Em 1784 um alvará do Governador de Pernambuco eleva a aldeia à vila, e esta recebe um novo nome: Vila Nova Real de Messejana na América. Em 1839 a vila perde autonomia e se subordina à capital, perdendo diversos investimentos. Nos anos seguintes disputas políticas aquecem o debate sobre a posição de Messejana em relação à capital, até que em 1921 Justiniano Serpa encerra essa discussão e torna Messejana distrito de Fortaleza.

Devido o histórico de discussões sobre a independência da localidade e a distância do Centro da cidade, Messejana sempre foi um bairro que precisou traçar seus próprios caminhos. Hoje, o distrito com mais de 41 mil habitantes, tem uma identidade muito forte e um setor de comércio e serviços bastante desenvolvidos que a tornam autossustentável, em muitos aspectos, em relação à Fortaleza.

O bairro possui uma forte identidade cultural e patrimônios materiais e imateriais que contam por si só parte importante da história da cidade de Fortaleza e do estado Ceará. As relações não só visuais, mas também de pertencimento da população com a lagoa de Messejana, além da ainda preservada massa vegetal que a rodeia conferem ao sítio um potencial paisagístico notável. Contudo, a expansão desordenada e a ausência de um planejamento adequado se reflete hoje em espaços bastante degradados e em uma região carente de zonas de lazer públicas.

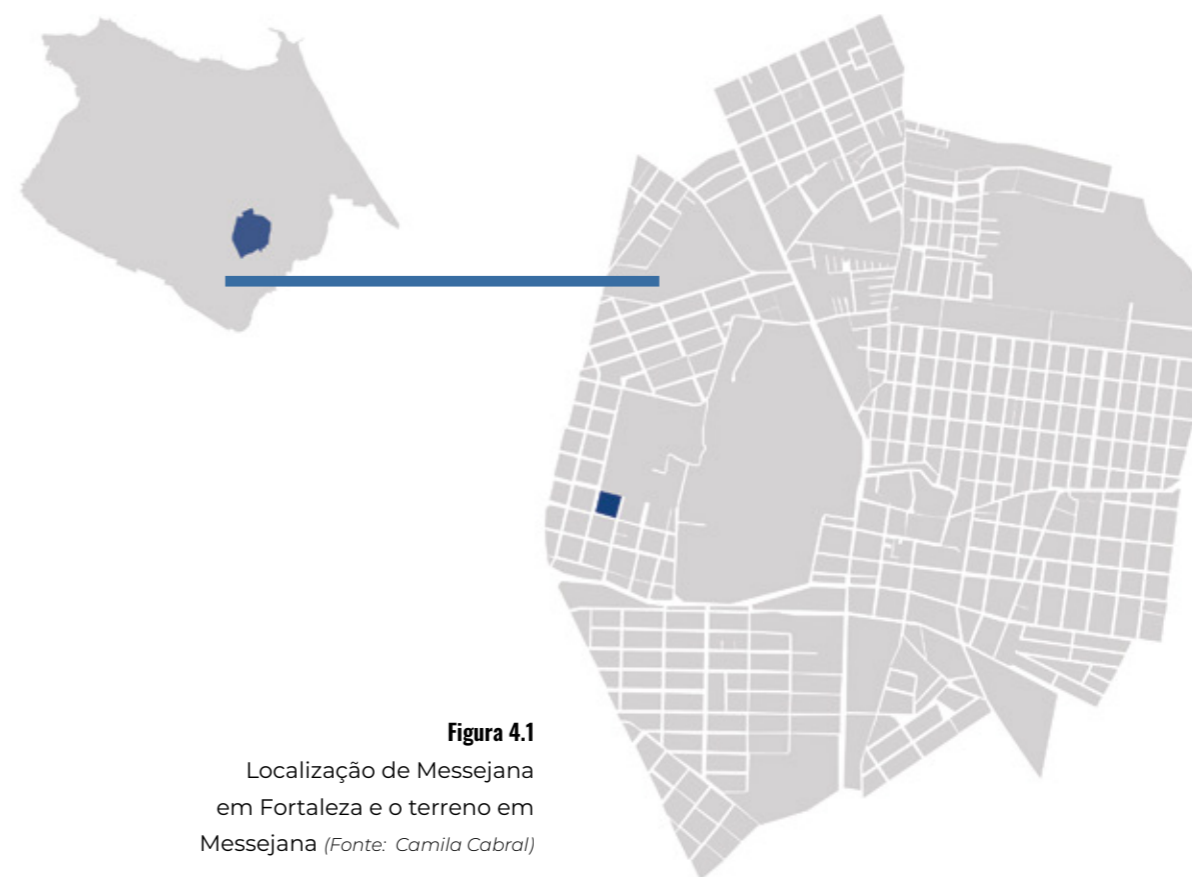


Figura 4.1

Localização de Messejana em Fortaleza e o terreno em Messejana (Fonte: Camila Cabral)

TERRENO E ENTORNO



Figura 4.2
Imagem aérea do terreno e sua
relação com o entorno (Fonte:
Google Earth)

LEGISLAÇÃO / MACROZONEAMENTO

O projeto encontra-se inserido em uma Zona de Ocupação Moderada 2 (ZOM 2). Segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Fortaleza:

- caracteriza-se pela insuficiência ou ausência de infraestrutura, carência de equipamentos públicos, tendência de intensificação da implantação de equipamentos privados comerciais e de serviços de grande porte e áreas com fragilidade ambiental, destinando-se ao ordenamento e controle do uso e ocupação do solo condicionados à ampliação dos sistemas de mobilidade e de implantação do sistema de coleta e tratamento de esgotamento sanitário;

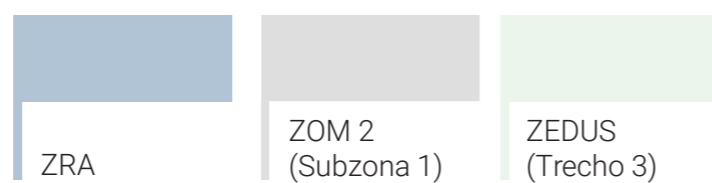
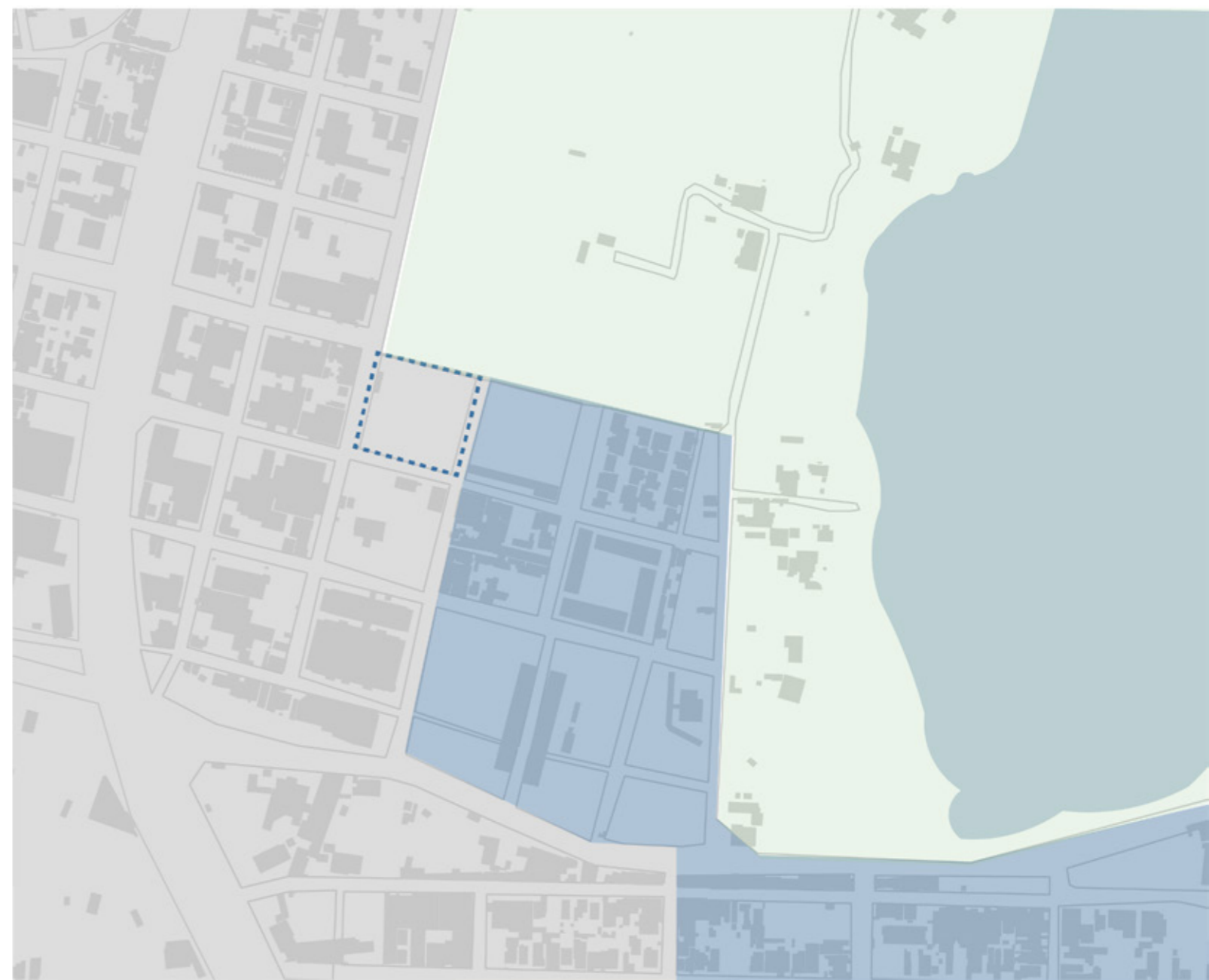


Figura 4.3
Macrozoneamento

(Fonte: produzido pelo autor)



ANEXO 4 - PARÂMETROS URBANOS DA OCUPAÇÃO
ANEXO 4.2 - MACROZONA DE OCUPAÇÃO URBANA

ZONAS DE OCUPAÇÃO	ZOP 1	ZOP 2	ZOC	ZRU 1	ZRU 2	ZOM 1	ZOM 2		ZOR	
	Zona de Ocupação Preferencial 1	Zona de Ocupação Preferencial 2	Zona de Ocupação Consolidada	Zona de Requalificação Urbana 1	Zona de Requalificação Urbana 2	Zona de Ocupação Moderada 1	Zona de Ocupação Moderada 2	Subzona 1	Zona de Ocupação Restrita	
TAXA DE PERMEABILIDADE (%)	30	30	30	30	30	40	40	40	40	
TAXA DE OCUPAÇÃO TO (%)	SOLO	60	60	60	60	50	50	50	45	
	SUBSOLO	60	60	60	60	50	50	50	45	
ÍNDICE DE APROVEITAMENTO (IA)	BÁSICO	3,00	2,00	2,50	2,00	1,50	2,00	1,00	2,00	
	MÍNIMO	0,25	0,20	0,20	0,20	0,10	0,10	0,10	0,00	
	MÁXIMO	3,00	3,00	2,50	2,00	1,50	2,50	1,50	2,00	
FATOR DE PLANEJAMENTO (Fp)	-	0,50	-	-	-	0,75	0,75	-	-	
ALTURA MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO (m)	72,00	72,00	72,00	48,00	48,00	72,00	48,00	72,00	15,00	
DIMENSÕES MÍNIMAS DO LOTE	TESTADA (m)	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	6,00	6,00	6,00	
	PROFUNDIDADE (m)	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	
	ÁREA (m²)	125,00	125,00	125,00	125,00	125,00	150,00	150,00	150,00	
(1) FRAÇÃO DO LOTE	ÁREAS DE APLICAÇÃO	1	30	30	30	-	-	-	-	-
		2	45	-	-	45	45	45	45	-
		3	-	-	-	60	60	-	-	-
		4	-	-	-	-	75	75	75	-
		5	-	-	-	100	100	-	100	-

OBSERVAÇÕES

1 De acordo com os termos do mapa a que se refere o art. 313 da Lei Complementar nº 101, de 30 de dezembro de 2011 - DOM 23/01/2012

OBSERVAÇÃO GERAL

Para todo o município, a taxa de permeabilidade poderá ser reduzida até o mínimo de 20% (vinte por cento) da área do lote, desde que a área correspondente à diferença entre este valor e a percentagem definida nesta tabela seja substituída por área equivalente de absorção, através da instalação de drenos horizontais, sob as áreas edificadas ou pavimentadas e drenos verticais em qualquer ponto do terreno.

CÓDIGO	ATIVIDADE	CLASSE CA	PORTE m² (obs.1)	Nº MÍNIMO DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO
75.22.11	Militar para fins de defesa (Quartel).	2PE-EIV	Qualquer (obs.2)	Será objeto de estudo.
75.22.12	Academia (militar policial ou civil).	2PE-EIV	Qualquer (obs.2)	Será objeto de estudo.
75.23.01	Penitenciária.	2PE-EIV	Qualquer (obs.2)	Será objeto de estudo.
75.23.02	Correcional de Menores (Casa de Detenção).	2PE-EIV	Qualquer (obs.2)	Será objeto de estudo.
75.24.81	Posto Policial.	1	Até 250 (obs.3)	Dispensado.
75.24.82	Delegacia de Polícia.	1	Até 1000 (obs.3)	1 vaga / 100 m² A.C.C.
75.24.83	Corpo de Bombeiros.	2PE-EIV	Qualquer (obs.2)	Será objeto de estudo.

LEGENDA

A.T.	Área do Terreno	A.C.C.	Área de Construção Computável	PE	Projeto Especial
A.U.	Área Util, excluída a área destinada a estacionamento	PGV	Polo Gerador de Viagens	EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança.

ANEXO 8 - NORMAS E ADEQUAÇÃO DOS USOS AO SISTEMA VIÁRIO / ANEXO 8.1 - ADEQUAÇÃO DOS USOS AO SISTEMA VIÁRIO

TABELA 8.19 - GRUPO INSTITUCIONAL - SUBGRUPO EQUIP. PARA ATIVIDADE DE DEFESA E SEGURANÇA - EDS

CLASSE	VIA EXPRESSA				VIA ARTERIAL I				VIA ARTERIAL II				VIA COLETORA				VIA COMERCIAL				VIA LOCAL				
	USO	RECUOS (m)			NORMAS Anexo 8.2	USO	RECUOS (m)			NORMAS Anexo 8.2	USO	RECUOS (m)			NORMAS Anexo 8.2	USO	RECUOS (m)			NORMAS Anexo 8.2	USO	RECUOS (m)			NORMAS Anexo 8.2
		FT	LT	FD			FT	LT	FD			FT	LT	FD			FT	LT	FD			FT	LT	FD	
1	A	10	5	5	3	A	10	5	5	2	A	10	5	5	2	A	10	5	5	3	A	10	5	5	2
2PE	SERÁ OBJETO DE ESTUDO																								

LEGENDA

PE	Projeto Especial	A	Adequado
PGV	Polo Gerador de Viagens	I	Inadequado
OE	Será Objeto de Estudo		

NORMAS

2	Ao pavimento térreo é permitido reduzir os recuos laterais até encostar nos confinantes (vizinhos), respeitados os recuos de frente e fundos, a taxa de ocupação, o índice de aproveitamento, a taxa de permeabilidade da zona e as condições mínimas de ventilação e iluminação dos compartimentos e ao disposto no Art. 1301 da Lei nº 10.406/2002 - Código Civil Brasileiro. Neste caso o nível da laje de cobertura não poderá ultrapassar a cota de 5,50m (cinco metros e cinquenta centímetros), contados do nível mais baixo do passeio por onde existe acesso. Esta Norma não se aplica aos imóveis inseridos nas Zonas de Interesse Ambiental e para Zona de Orla - Trecho VI - Cais do Porto.
3	Aos dois primeiros pavimentos é permitido reduzir os recuos laterais até encostar nos confinantes (vizinhos), respeitados os recuos de frente e fundos, a taxa de ocupação, o índice de aproveitamento, a taxa de permeabilidade da zona e as condições mínimas de ventilação e iluminação dos compartimentos e ao disposto no Art. 1301 da Lei nº 10.406/2002 - Código Civil Brasileiro. Neste caso o nível do 2º (segundo) pavimento não poderá ultrapassar 8,50m (oito metros e cinquenta centímetros), contados do nível mais baixo do passeio por onde existe acesso. Esta Norma não se aplica aos imóveis inseridos nas Zonas de Interesse Ambiental e para Zona de Orla - Trecho VI - Cais do Porto.

USOS

Pela proximidade com a BR116, os lotes do entorno são majoritariamente ocupados por galpões de uso comercial, que dividem espaço nas quadras com lotes residenciais. Há algumas poucas quadras inteiramente de uso residencial, sendo estas geralmente pequenos condomínios de casas. As quadras de uso institucional e serviços são da faculdade Ateneu, limítrofe ao terreno da proposta, e o terminal da Messejana, que possui integrado a sua estrutura uma unidade do Vapt Vupt.

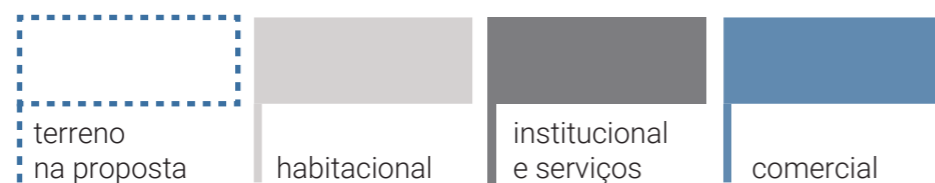


Figura 4.4

Mapa de usos

(Fonte: Camila Cabral)



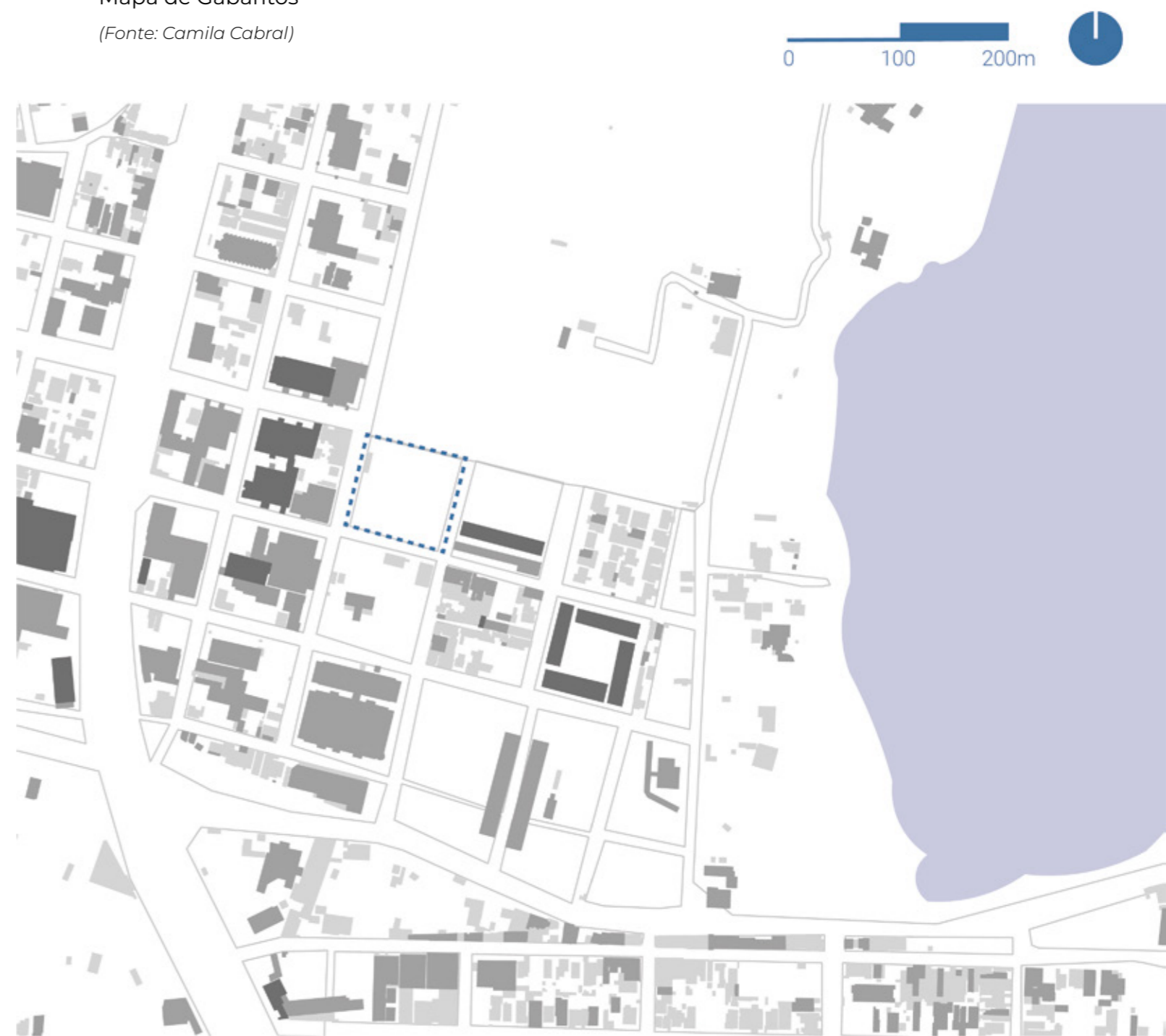
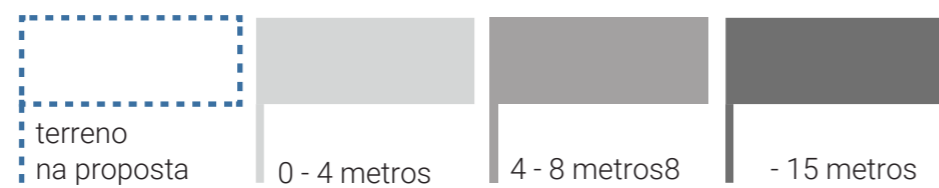
GABARITO

O entorno do terreno caracteriza-se pelo baixo gabarito, com edificações predominantemente de até dois pavimentos ou oito metros de gabarito. As edificações de maior altura nos limites imediatos são a faculdade Ateneu, com cinco pavimentos e um galpão comercial. Nos fundos do lote, é interessante notar a densa massa vegetal pertencente à Zona de Recuperação Ambiental, com árvores de médio e grande porte.

Figura 4.5

Mapa de Gabaritos

(Fonte: Camila Cabral)



MOBILIDADE






O terreno é margeado pelas vias locais Nova Quietude, a oeste, rua Manoel Arruda a sul e rua Tagratiara a leste. Os fundos são uma Zona de Recuperação Ambiental. É interessante mencionar a proximidade da via expressa BR-116 e do terminal de ônibus da Messejana, ponto nodal de diversos fluxos da cidade de Fortaleza, sendo portanto bem servido na questão do transporte público.

As calçadas do entorno são em geral estreitas, em estado bastante degradado e não-acessíveis, além de servirem como local de depósito de lixo em alguns trechos.

Figura 4.6

Mapa de Vias e Mobilidade

(Fonte: Camila Cabral)

-  terreno na proposta
-  parada de ônibus
-  terminal de messejana
-  via local
-  via expressa (br 116)



05.
O PROJETO
76-109

01. programa de necessidades
78-81

02. partido e memorial descritivo
82-101

03. sistema estrutural e materialidade
102-107

PROGRAMA DE NECESSIDADES

O programa de necessidades foi elaborado a partir de dois eixos principais: o de ensino e o de socioeducação (regime de semi internato). O regime de semi internato atende jovens em progressão de pena em estágio avançado do processo ou em cumprimento de medida por infrações de menor gravidade. Portanto, apenas dormem no complexo, tendo a possibilidade de estudar ou trabalhar no período diurno. Há preponderância programática do módulo ensino sobre o de habitação, uma vez que na proposta propõe-se a reinterpretação dos modelos de espaço socioeducativos vigentes. O eixo de ensino pretende atender tanto os jovens em cumprimento de medida socioeducativa quanto membros da comunidade local, partindo do pressuposto que essa interface é positiva no processo de reintegração à sociedade.

O foyer/átrio funciona como ponto nodal que distribui os fluxos do projeto entre o bloco administrativo e serviços, o bloco de ensino e o bloco da semi-internação. No módulo de ensino, são propostas salas que abriguem atividades no campo da música, dança, teatro e fotografia. No setor de música, foram projetados espaços para prática individual e em grupo, além de salas de gravação e mixagem. Para dança e teatro, salas de ensaio que são servidas por vestiários. Na fotografia, uma sala com câmara escura. O setor é servido por cantina, biblioteca, mediateca e salas multiuso que são de uso comum às diferentes áreas de estudo.

O foyer/auditório principal integra os diversos pontos do projeto, ligando o bloco de ensino ao administrativo, e este ao semi internato. O térreo do bloco administrativo/serviço abriga o setor jurídico do centro socioeducativo e o apoio aos funcionários, como vestiários e copa. Por se articular com o semi

internato, é também onde se encontra a lavanderia e a cozinha do refeitório dos semi internos, além do acesso de serviço e carga e descarga. Já no pavimento superior se encontra o setor administrativo em geral, tanto da escola como do centro socioeducativo, com as salas de professores, sala de reunião, diretorias, secretarias e sala de apoio individual ao jovem em cumprimento de medida.

Nos acessos ao semi internato, tanto da escola como do átrio principal, existem barreiras que pressupõem a presença de um funcionário para que haja a filtragem/revista daqueles que acessam o espaço. O bloco de habitação comporta 32 jovens e 6 socioeducadores. São 5 unidades por andar distribuídas em 3 pavimentos. Cada andar possui uma unidade para dois socioeducadores ao fim do corredor. No pavimento térreo se encontram duas unidades acessíveis e duas unidades convencionais (quartos duplos), além do refeitório. No primeiro pavimento se repete o número de unidades do térreo, sendo todas convencionais, além de abrigar o espaço para reuniões em grupo / espaço ecumênico. No segundo andar se repete a lógica dos outros dois, porém com quartos quádruplos (beliche). A quadra poliesportiva se integra ao módulo do semi internato por meio de uma circulação coberta que conforma o pátio.

Quadro de Áreas			
Piso	N. da Zona	Nome da Zona	Área
Pavimento Térreo			
	1	Átrio de Acesso / Foyer	152,81
	2	Sala Técnica	59,06
	3	Sala Apoio Jurídico	12,77
	4	DML	4,72
	5	Filtro Primário	14,84
	6	Guarda Volumes / Apoio R...	20,36
	6	Revista Íntima	13,98
	7	Sala de Monitoramento	22,15
	8	Arquivo	7,18
	9	Copa Funcionários	24,90
	10	Vestiário Func. Masc.	18,74
	11	Vestiário Func. Fem.	20,61
	12	Lavanderia	24,11
	13	Cozinha Semi-Internato	35,63
	14	Guarita	3,80
	15	Recepção Serviço	29,29
	16	Bilheteria	6,53
	17	Sala de Controle	12,78
	18	Auditório	166,20
	19	Palco	62,75
	20	Coxias / Circulação	40,32
	21	Camarim	113,59
	22	Sala Multiuso 1	44,92
	23	Sala Multiuso 2	38,47
	24	Sala Multiuso 3	38,92
	25	WC Fem.	10,88
	26	WC Masc.	10,69
	27	Circulação Vertical	14,12
	28	Oficina de Teatro	59,98
	29	Oficina de Fotografia	34,56
	30	Vestiário Fem. Escola	36,09
	31	Vestiário Masc. Escola	35,52
	32	Sala de Controle	17,54
	33	Estúdio de Gravação	34,29
	34	Filtro - Semi Internato / Esc...	32,97
	35	Sala de Dança 1	34,82
	36	Sala de Dança 2	28,36
	37	Refeitório	63,55
	38	Circ. Vertical / Escada de In...	26,87
	39	Un. Hab. Semi-Internato	56,20
	40	Un. Hab. Semi-Internato (A...	56,06
	41	Un. Hab. Socioedu.	28,10
	42	Refeitório	691,83
	43	Un. Hab. Semi-Internato	4,87
	44	Un. Hab. Semi-Internato	7,50
	45	Laje Técnica	7,45
	46	DML	3,97
	47	Circulação	897,20

Quadro de Áreas			
Piso	N. da Zona	Nome da Zona	Área
Primeiro Pavimento			
	1	Foyer / Espaço de Exposiç...	187,62
	2	Sala dos Professores	35,38
	3	Diretoria Escola	23,05
	4	Secretaria Escola	17,98
	5	Secretaria Semi-Internação	14,87
	6	Diretoria Semi-Internação	23,40
	7	Sala de Reuniões	31,54
	8	Sala de Atendimento	17,67
	9	Sala de Atendimento Indivi...	11,04
	10	WC Fem. Administração	9,95
	11	WC Masc. Administração	18,55
	12	WC Acessível Auditório	6,22
	13	WC Auditório	11,84
	14	Balcão Auditório	67,65
	15	Téc. Palco / Urdimento	95,62
	16	Terraço	51,49
	17	Biblioteca	77,98
	18	Mediateca	44,93
	19	WC Fem. Escola	10,70
	20	WC Masc. Escola	10,69
	21	Circulação Vertical	14,41
	22	Sala de Instrumentos	27,59
	23	Sala de Prática Individual	50,68
	24	Sala de Ensaios 1	46,35
	24	Sala Multiuso 2	45,71
	25	Pequeno Auditório	46,00
	26	Cozinha Cantina	19,47
	27	Cantina	117,20
	28	Reuniões / Espaço Ecumên...	70,47
	29	Secretaria Escola	21,95
	30	Circ. Vertical / Esc. Incêndio	26,87
	31	Un. Hab. Semi-Internato	56,20
	32	Un. Hab.	56,06
	33	Un. Hab. Socioedu.	28,10
	34	Un. Hab. Semi-Internato	7,45
	35	Circulação	485,57
	36	DML	3,97
	47	Circulação	105,88
Segundo Pavimento			
	1	Circ. Vertical / Esc Incêndio	26,87
	2	Un. Hab. Semi-Internato	56,20
	3	Un. Hab. Semi-Internato	56,06
	4	Un. Hab. Socioedu.	28,10
	5	Un. Hab. Semi-Internato	7,45
	6	Circulação	59,47
	7	DML	3,97
			5.419,07 ...

PARTIDO E MEMORIAL DESCRITIVO

A concepção do projeto surge de uma análise crítica da problemática do modelo socioeducativo existente, propondo programa e funções que amparem uma abordagem pedagógica alternativa. Na nova abordagem, compreende-se o espaço de ressocialização como lugar de aprendizado e reflexão em detrimento do lugar de reclusão e pena. Tendo as funções definidas e as prioridades programáticas hierarquizadas, parte-se do programa para a forma.

A principal diretriz que norteia o partido é a criação de uma arquitetura condizente com o clima da região, que utilize materiais e técnicas construtivas de fácil acesso. O edifício procura provocar a reflexão, a partir de uma apreensão lenta e subjetiva das qualidades sensoriais como luz, sombra, texturas e sons da matéria construída, colaborando no processo de aprendizado e ressocialização do usuário.

Figura 5.1

Fachada sul do edifício, visto da rua Manoel Arruda (Fonte: produzido pelo autor)





Figura 5.2

Relação do edifício com o entorno imediato

(Fonte: produzido pelo autor)

área do terreno	área construída	tx. ocupação	projeção da edificação
8.354,00 m ²	5.420,07 m ²	40,09%	3.371,98 m ²



IMPLANTAÇÃO NO TERRENO

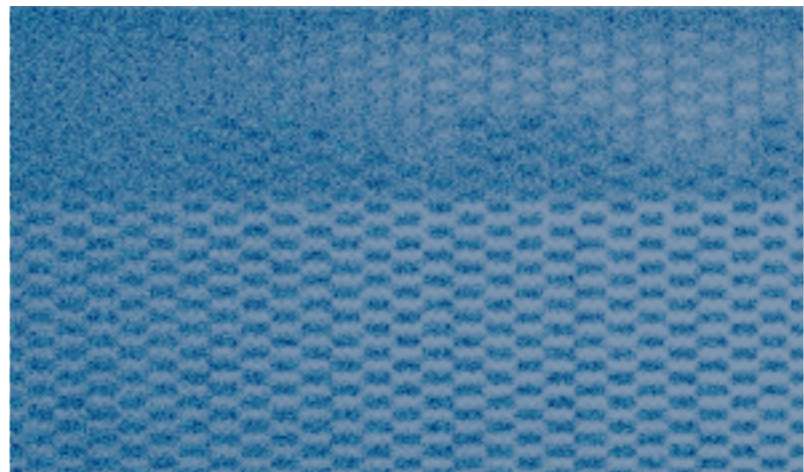




Figura 5.3

Acesso principal (Fonte: produzido pelo autor)

O programa é o cerne da questão, ponto ao redor do qual o projeto orbita e que assegura a ética da arquitetura que se propõe, impedindo que decisões sejam tomadas por apelos formais que não se sustentem por si sós. Partindo dos volumes puros, são destacados os cheios e os vazios primários conformam uma implantação que organiza o projeto em torno de três pátios de diferentes escalas. A decisão por voltar o projeto para dentro de si mesmo sucessivas vezes garante o domínio e os acessos, que dado o programa é uma exigência fundamental para o funcionamento do edifício.

Os volumes são sólidos puros que se conectam e desconectam sucessivamente através de inflexões, extrusões, aberturas e rotações que criam uma maior riqueza formal para o conjunto. Essas operações possibilitam o surgimento de sensações e espaços inesperados, como um pátio recortado dentro de um pátio maior, um terraço que surge a partir de curvas não concordantes (figuras 5.10 e 5.11) e uma iluminação vinda de uma fresta que surge do desencontro em planta de dois pavimentos (figura 5.5).



Figura 5.4

Átrio (Fonte: produzido pelo autor)

O bloco de ensino, que possui mais interface com a cidade, fica mais próximo à rua e dos acessos do Terminal de Messejana, sendo o acesso principal pela rua Manuel Arruda (figura 5.3). Os blocos da escola e administração mantêm uma relação controlada com o exterior, a partir das aberturas com cobogós de tijolo. Ao mesmo tempo que filtram a luz, os cobogós permitam que haja ventilação cruzada. Pela rua Tagratiara, que não possui saída por terminar no limite da ZRA, acontecem os acessos de serviço. A oeste, o edifício mantém um contato ainda mais encerrado em relação a rua, por conta da insolação. Sendo uma grande extensão de parede opaca, que impede o contato direto edifício-cidade, a solução encontrada foi manter um recuo mais generoso em relação às calçadas, com arborização e mobiliário urbano.

O átrio do edifício (figura 5.4) é um contraponto à linguagem formal utilizada no exterior, de linhas duras e angulações abruptas (figura 5.1). As curvas que se interceptam são iluminadas indiretamente pela abertura zenital. O átrio é também o foyer do auditório principal, e funciona como articulador de todas as funções no projeto. A materialidade clara e elementar permite que a forma tenha protagonismo neste trecho. No pátio da escola, a rigidez do traço exterior do edifício se dilui ainda mais com a conformação irregular dos volumes construídos que compõem o vazio.

Conforme se adentra no projeto, mais filtrados são os acessos. O percurso até o setor das unidades de semi internação é tratado como uma ruptura, um corredor longo e estreito, com iluminação indireta vinda do teto por meio de aberturas durante o dia e por sancas de luz durante a noite. A descontinuidade na escala foi o recurso utilizado para provocar no usuário a percepção do movimento, da transição e da subjetividade que reside em habitar um espaço.

O bloco de semi internação, que já não mantém uma relação direta com as ruas do entorno. Por estar limítrofe a uma densa cobertura vegetal da ZRA, optou-se por diluir o prédio que contém as unidades entre dois pátios com árvores (figura 5.13), que garantam ao usuário a sensação de continuidade entre o exterior e interior do edifício, a fim de evitar a sensação de clausura. Os pátios presentes neste setor possuem uma escala mais íntima, que procuram criar uma ambiência que remeta às particularidades individuais.



Figura 5.5
Corredor da escola (Fonte: produzido pelo autor)

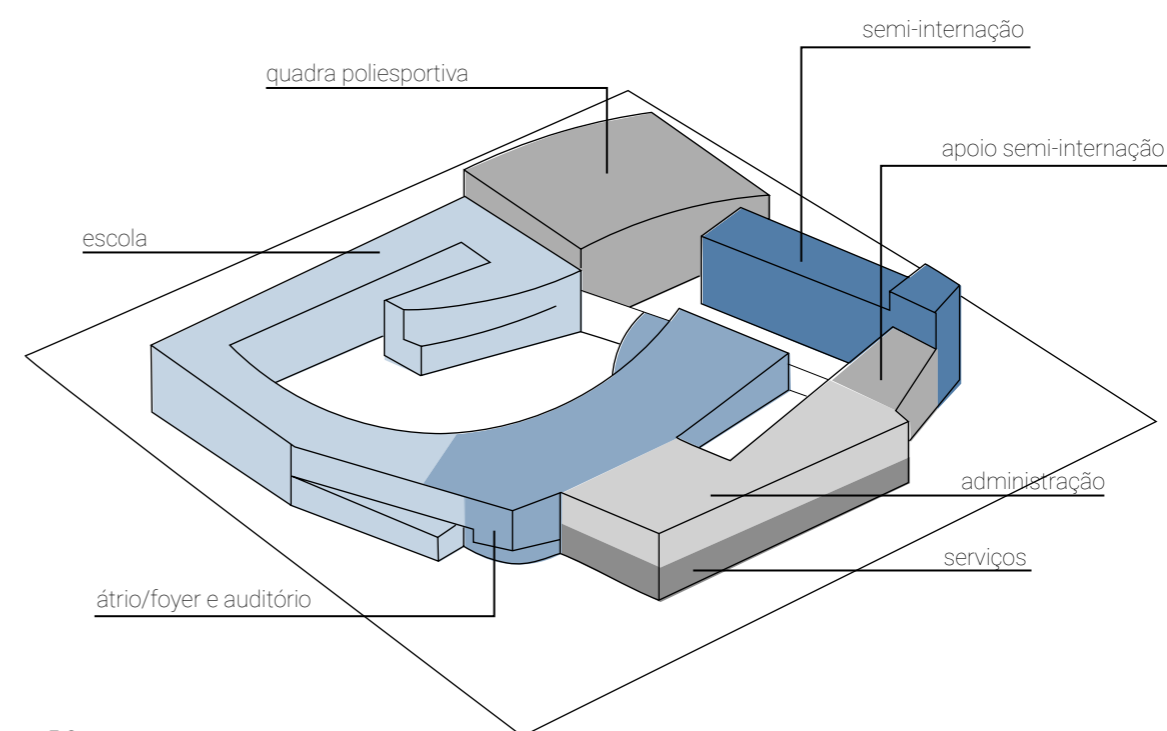
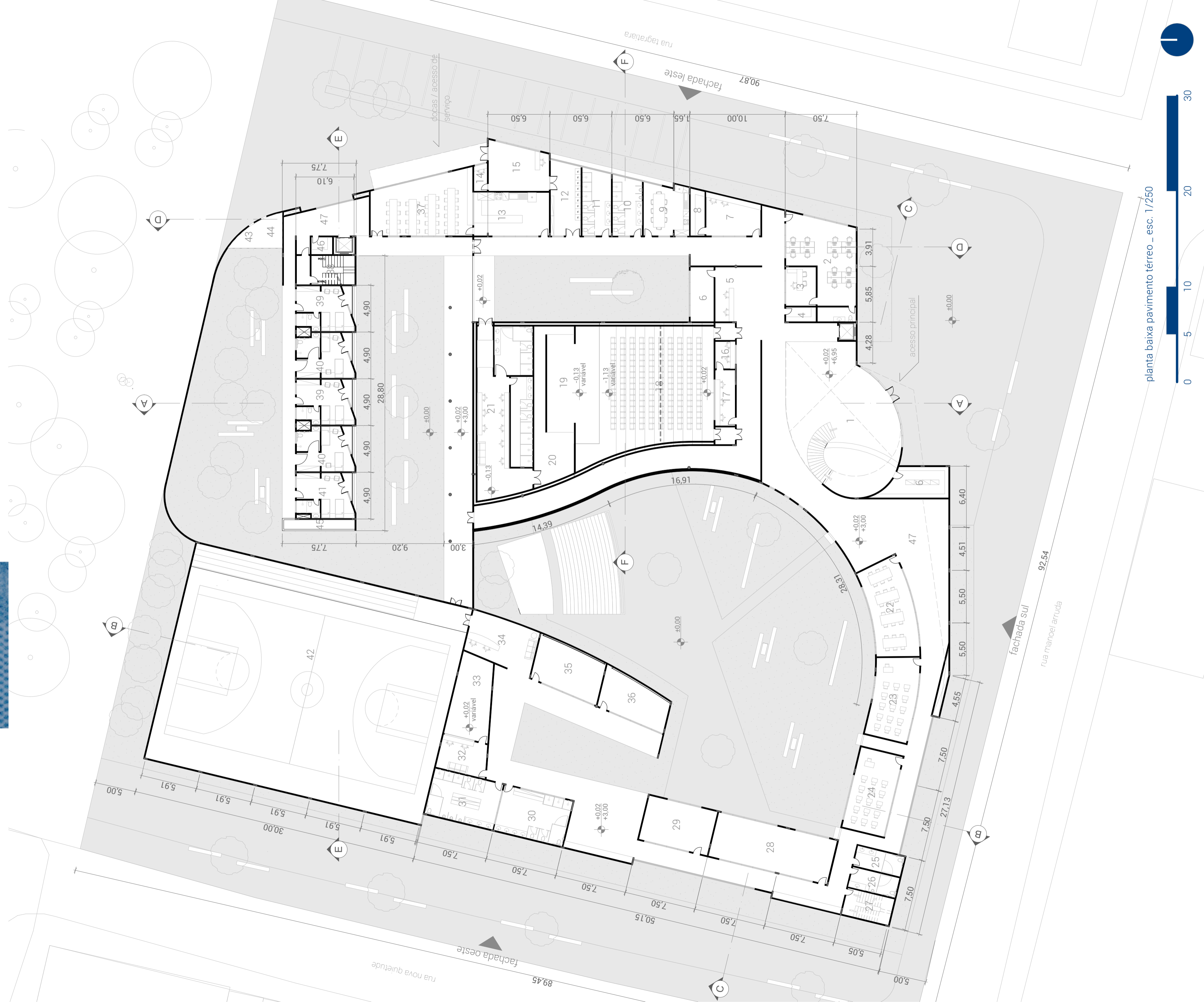
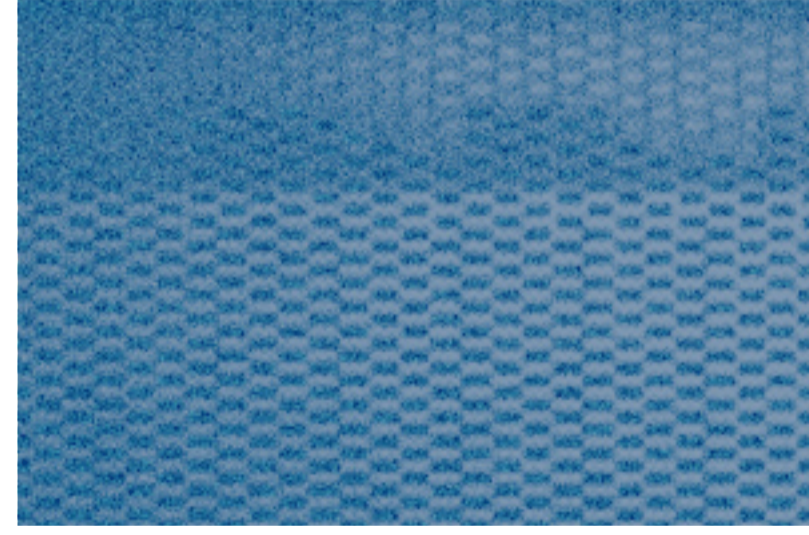


Figura 5.6
Volumetria esquemática de usos (Fonte: produzido pelo autor)

PLANTA PAVIMENTO TÉRREO 1:250



planta baixa pavimento térreo _ esc. 1/250

MÓDULO SERVIÇO

1. átrio / foyer _ área: 152,82 m²
2. sala técnica _ área: 59,06 m²
3. sala de apoio jurídico _ área: 12,77 m²
4. DML _ área: 4,72 m²
5. balcão / filtragem primária _ área: 14,84 m²
6. revista íntima _ área: 13,98 m²
7. sala de monitoramento _ área: 22,15 m²
8. arquivo _ área: 7,18 m²
9. copa funcionários _ área: 24,90 m²
10. vestiário masculino serviço _ área: 18,74 m²
11. vestiário feminino serviço _ área: 20,61 m²

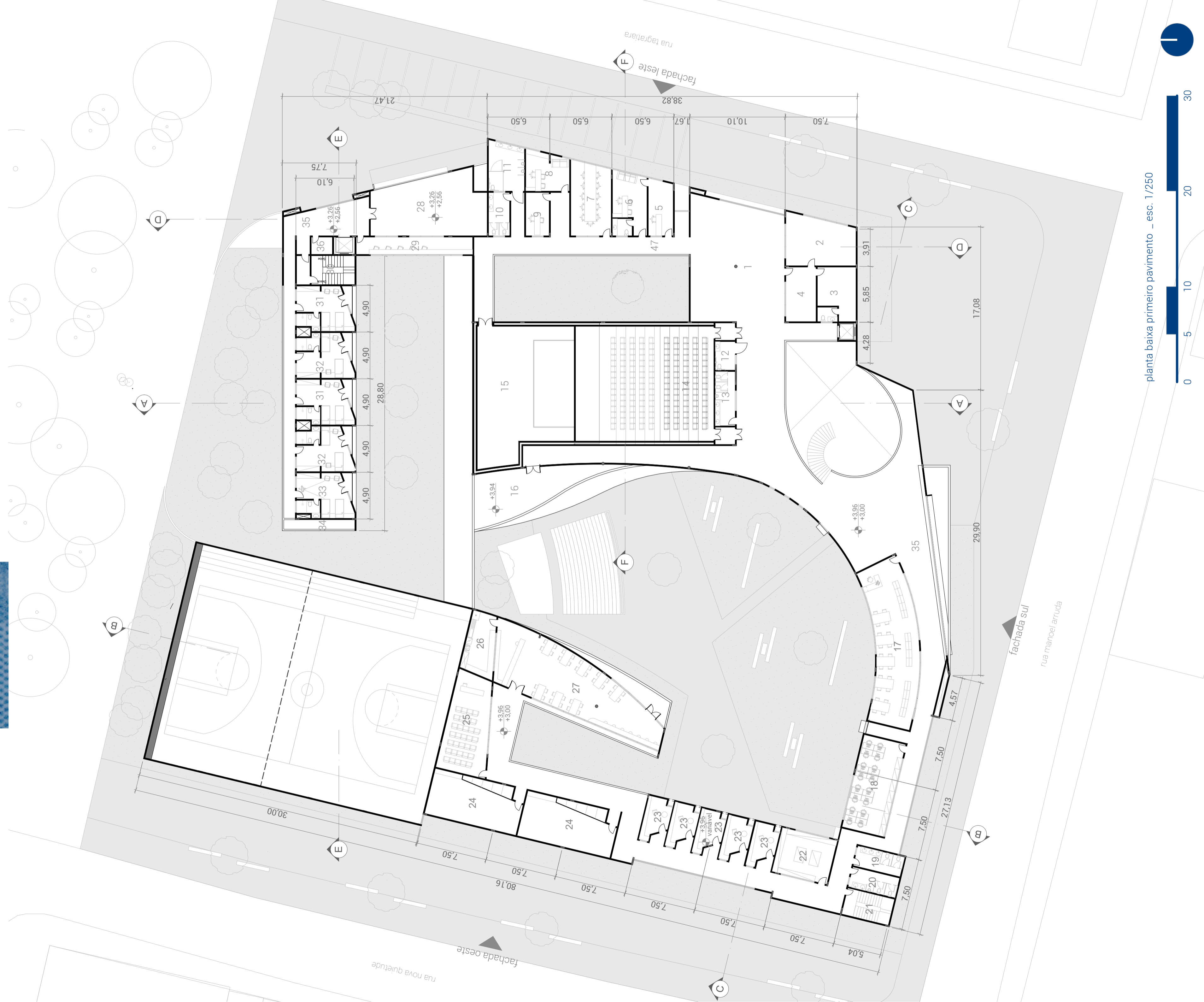
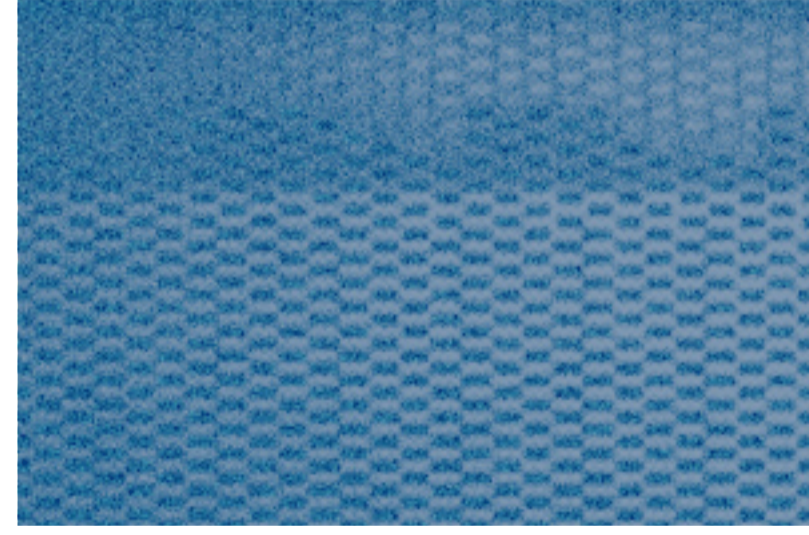
MÓDULO ESCOLA DE ARTES

16. bilheteria _ área: 6,63 m²
17. sala de controle _ área: 12,78 m²
18. auditório principal _ área: 166,19 m²
19. palco _ área: 62,75 m²
20. coxias / circulação _ área: 40,33 m²
21. camarins _ área: 113,59 m²
22. sala multuso 1 _ área: 44,93 m²
23. sala multuso 2 _ área: 38,48 m²
24. sala multuso 3 _ área: 38,92 m²
25. wc acessível feminino _ área: 10,88 m²
26. wc acessível masculino _ área: 10,69 m²

MÓDULO SEMI-INTERNAÇÃO

27. circulação vertical _ área: 14,12 m²
28. oficina de teatro _ área: 59,98 m²
29. oficina de fotografia _ área: 34,56 m²
30. vestiário feminino escola _ área: 36,61 m²
31. vestiário masculino escola _ área: 35,52 m²
32. sala de controle / gravação _ área: 17,54 m²
33. estúdio de gravação _ área: 34,29 m²
34. filtragem escola / semi internato _ área: 32,98 m²
35. sala de dança 1 _ área: 34,82 m²
36. sala de dança 2 _ área: 28,37 m²
37. refeitório _ área: 63,55 m²
38. circ. vertical / escada de incêndio _ área: 26,87 m²
39. un. semi internação (quádruplo) _ área: 28,10 m²
40. un. semi internação acessível (duplo) _ área: 28,10 m²
41. un. sócio-educadores (duplo) _ área: 28,10 m²
42. quadra poliesportiva _ área: 691,83 m²
43. casa de gás _ área: 4,87 m²
44. casa de lixo _ área: 7,50 m²
45. laje técnica _ área: 7,45 m²
46. DML _ área: 3,97 m²
47. circulação _ área: 897,18 m²

PLANTA PRIMEIRO PAVIMENTO 1:250



planta baixa primeiro pavimento _ esc. 1/250

MÓDULO ADMINISTRAÇÃO

1. foyer / exposições temporárias _ área: 18,62 m²
2. sala dos professores _ área: 35,38 m²
3. diretoria escola _ área: 23,05 m²
4. secretaria escola _ área: 17,98 m²
5. secretaria semi-internação _ área: 14,87 m²
6. diretoria semi-internação _ área: 23,40 m²
7. sala de reuniões _ área: 31,54 m²
8. sala de atendimento _ área: 17,67 m²
9. sala de atendimento individual _ área: 11,04 m²
10. wc feminino administração _ área: 9,95 m²
11. wc masculino administração _ área: 18,55 m²

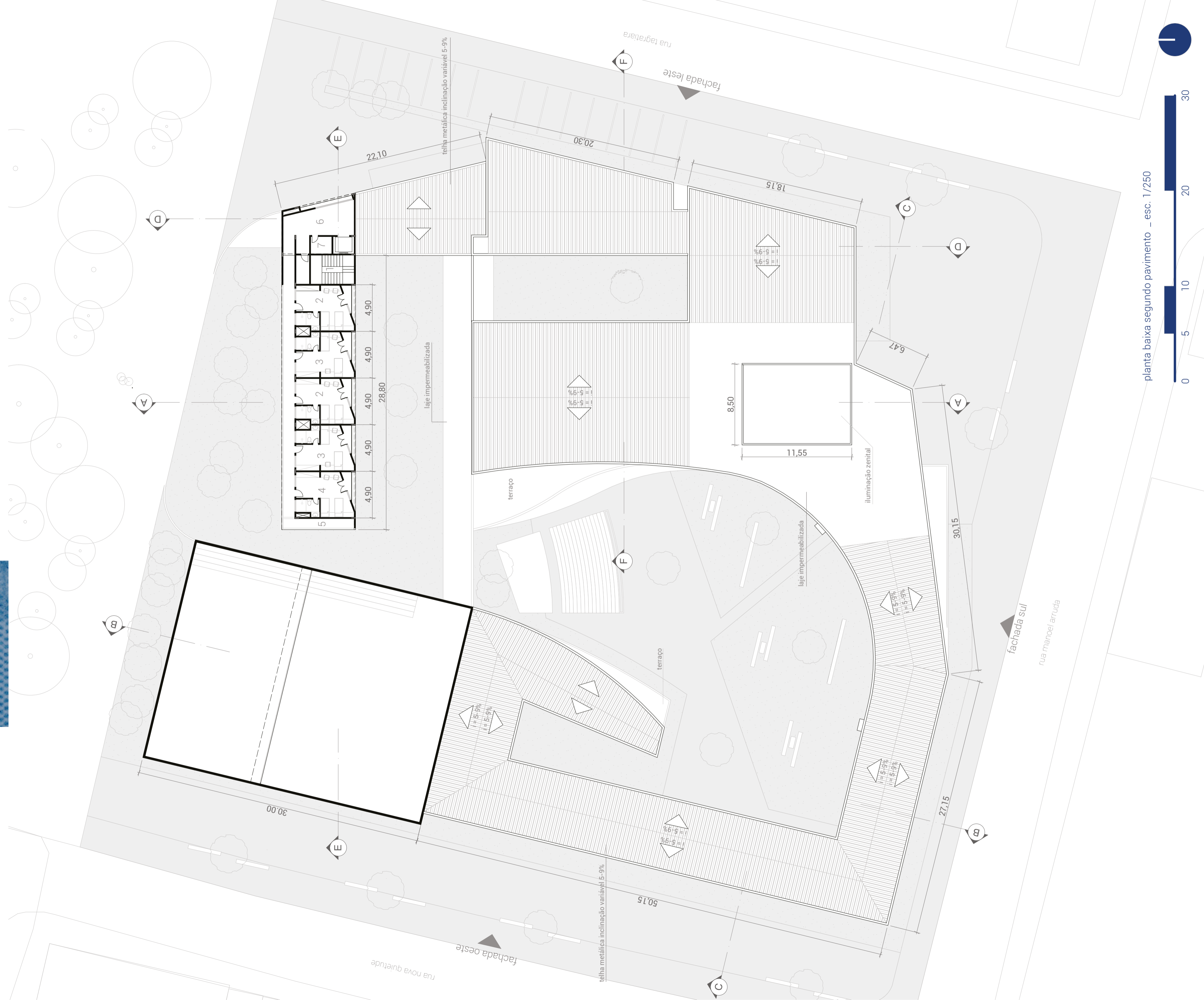
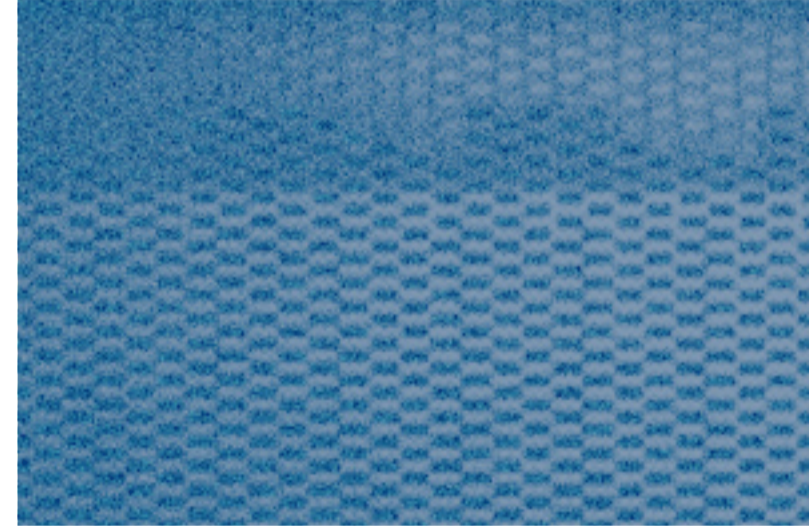
MÓDULO ESCOLA DE ARTES

12. wc acessível auditório _ área: 6,22 m²
13. wc auditório _ área: 11,84 m²
14. balcão auditório _ área: 67,65 m²
15. técnica / urdimento _ área: 95,62 m²
16. terraço _ área: 61,50 m²
17. biblioteca _ área: 77,98 m²
18. mediateca _ área: 44,93 m²
19. wc feminino escola _ área: 10,70 m²
20. wc masculino escola _ área: 10,69 m²
21. circulação vertical _ área: 14,41 m²
22. sala de instrumentos _ área: 27,59 m²

MÓDULO SEMI-INTERNAÇÃO

28. espaço de reuniões / espaço ecumênico _ área: 70,47 m²
29. sala de estudos _ área: 21,95 m²
30. circ. vertical / escada de incêndio _ área: 26,87 m²
31. un. semi-internação (duplo) tipo 1 _ área: 28,10 m²
32. un. semi-internação (duplo) tipo 2 _ área: 28,10 m²
33. un. sócio-educadores (duplo) _ área: 28,10 m²
34. laje técnica _ área: 7,45 m²
35. circulação _ área: 315,00 m²
36. DML _ área: 3,97 m²

PLANTA SEGUNDO PAVIMENTO
1:250

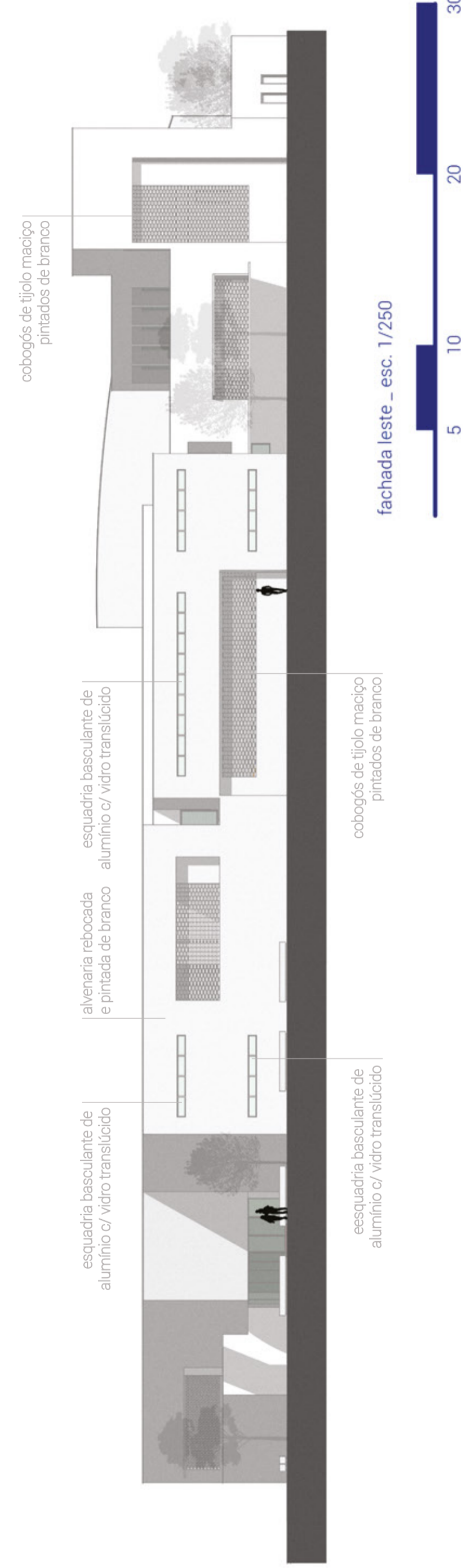
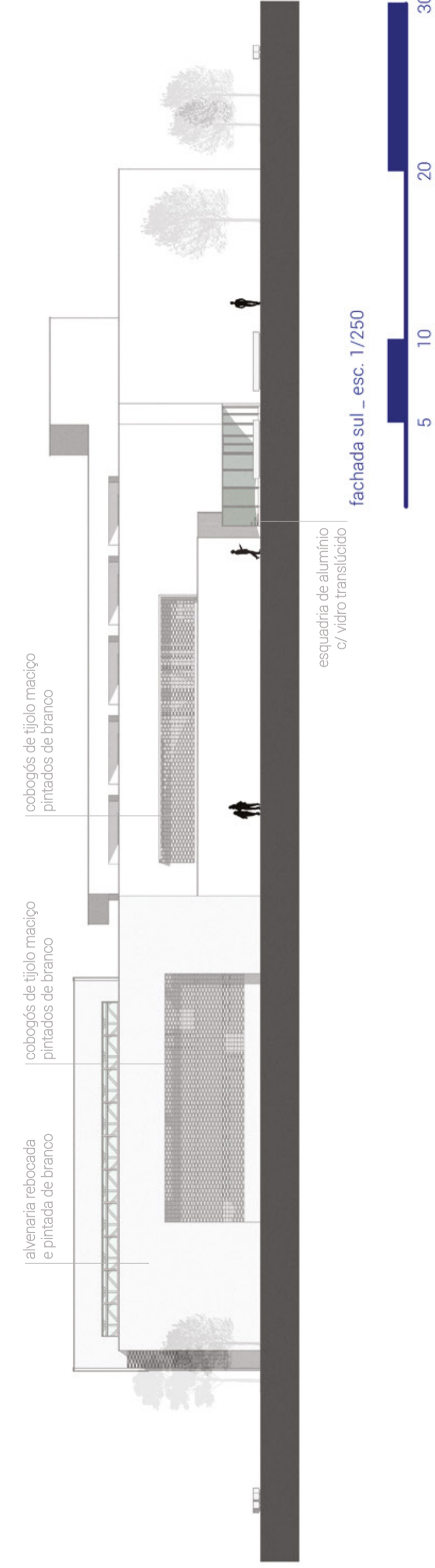
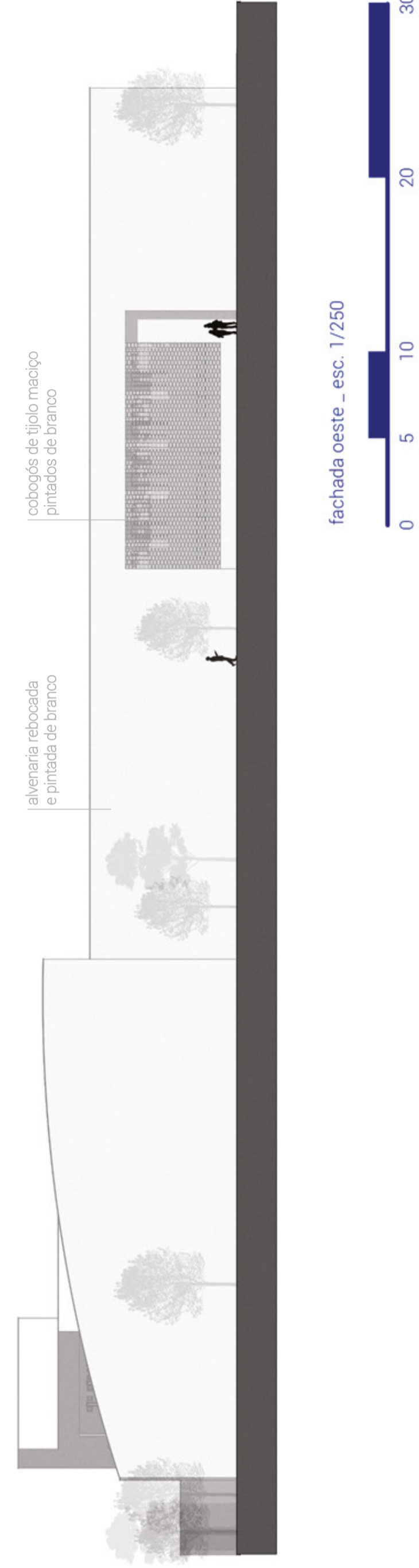
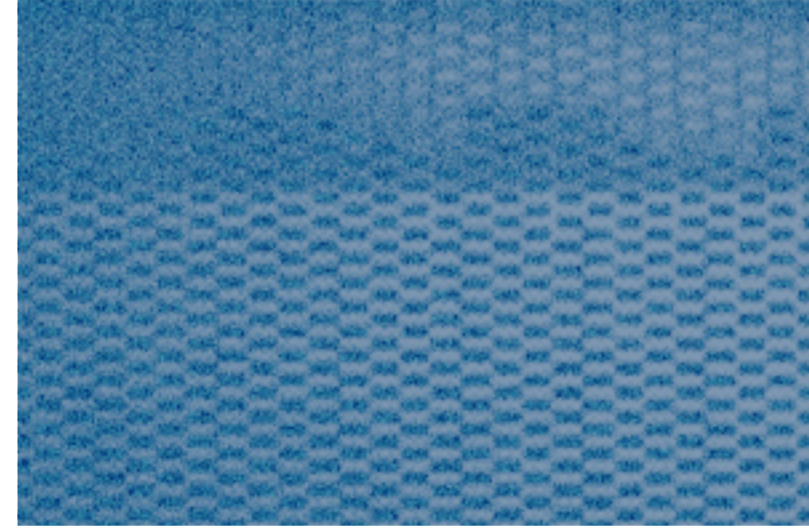


planta baixa segundo pavimento _ esc. 1/250

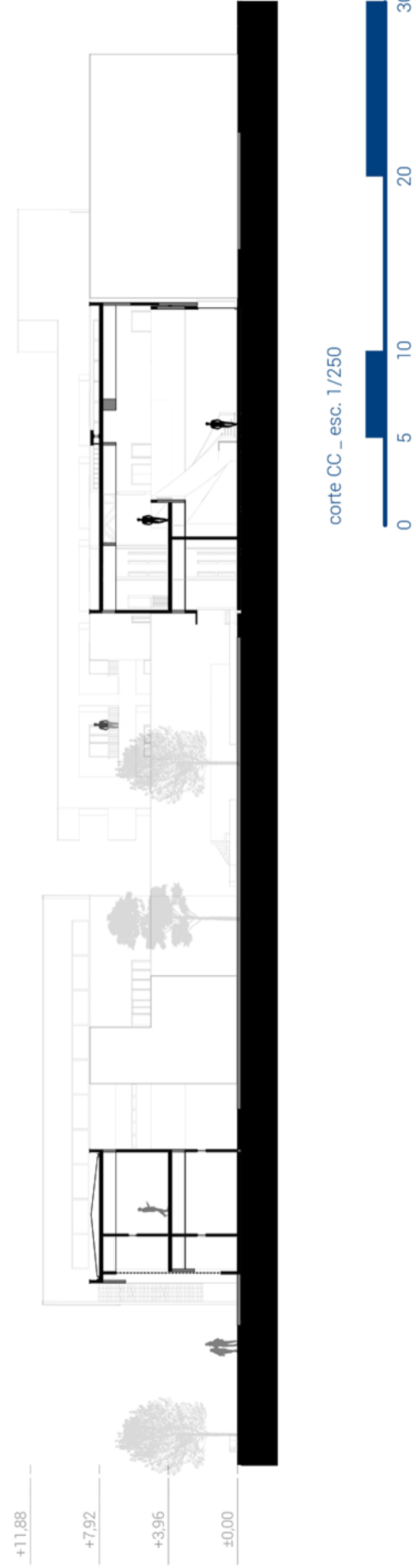
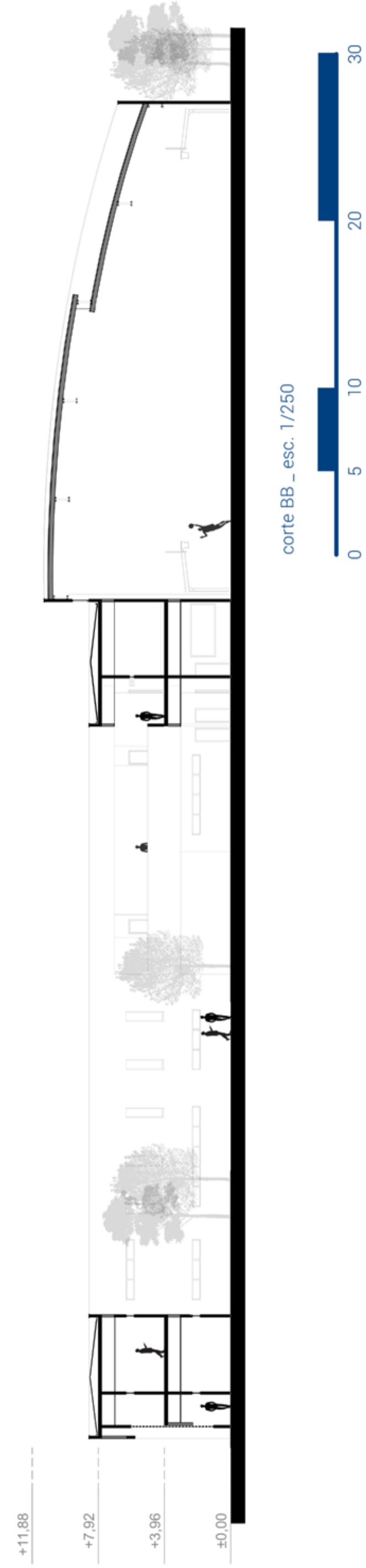
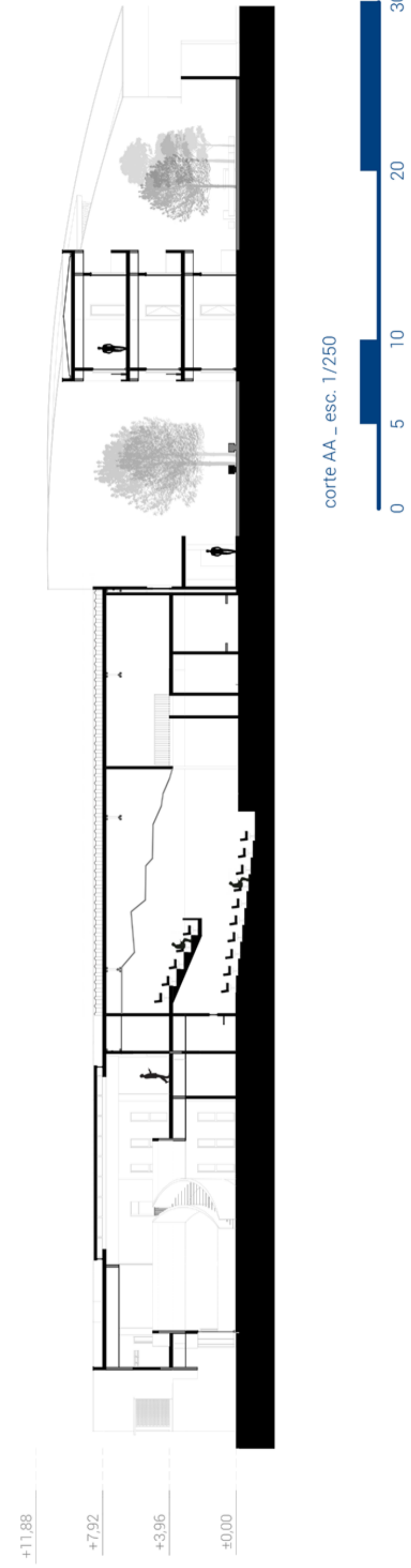
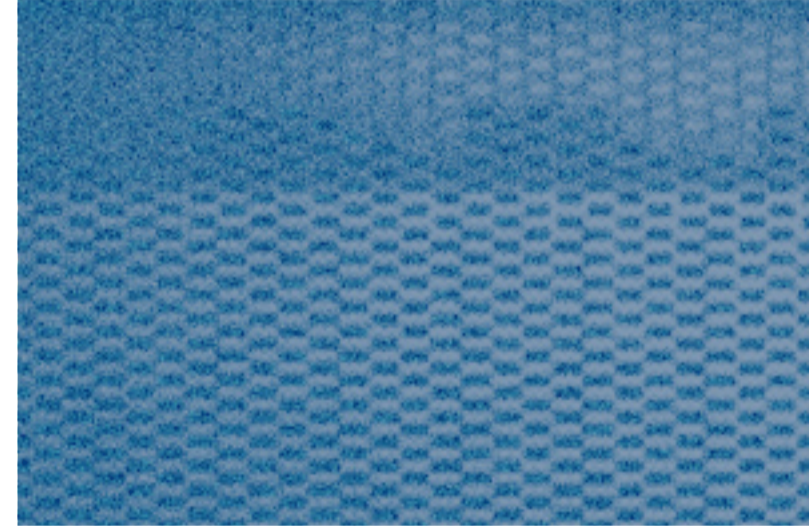
MÓDULO SEMI-INTERNAÇÃO

- 1. circ. vertical / escada de incêndio _ área: 26,87 m²
- 2. un. semi internação (duplo) tipo 1 _ área: 28,10 m²
- 3. un. semi internação (duplo) tipo 2 _ área: 28,10 m²
- 4. un. sócio-educadores (duplo) _ área: 28,10 m²
- 5. laje técnica _ área: 7,45 m²
- 6. circulação _ área: 59,47 m²
- 7. DML _ área: 3,97 m²

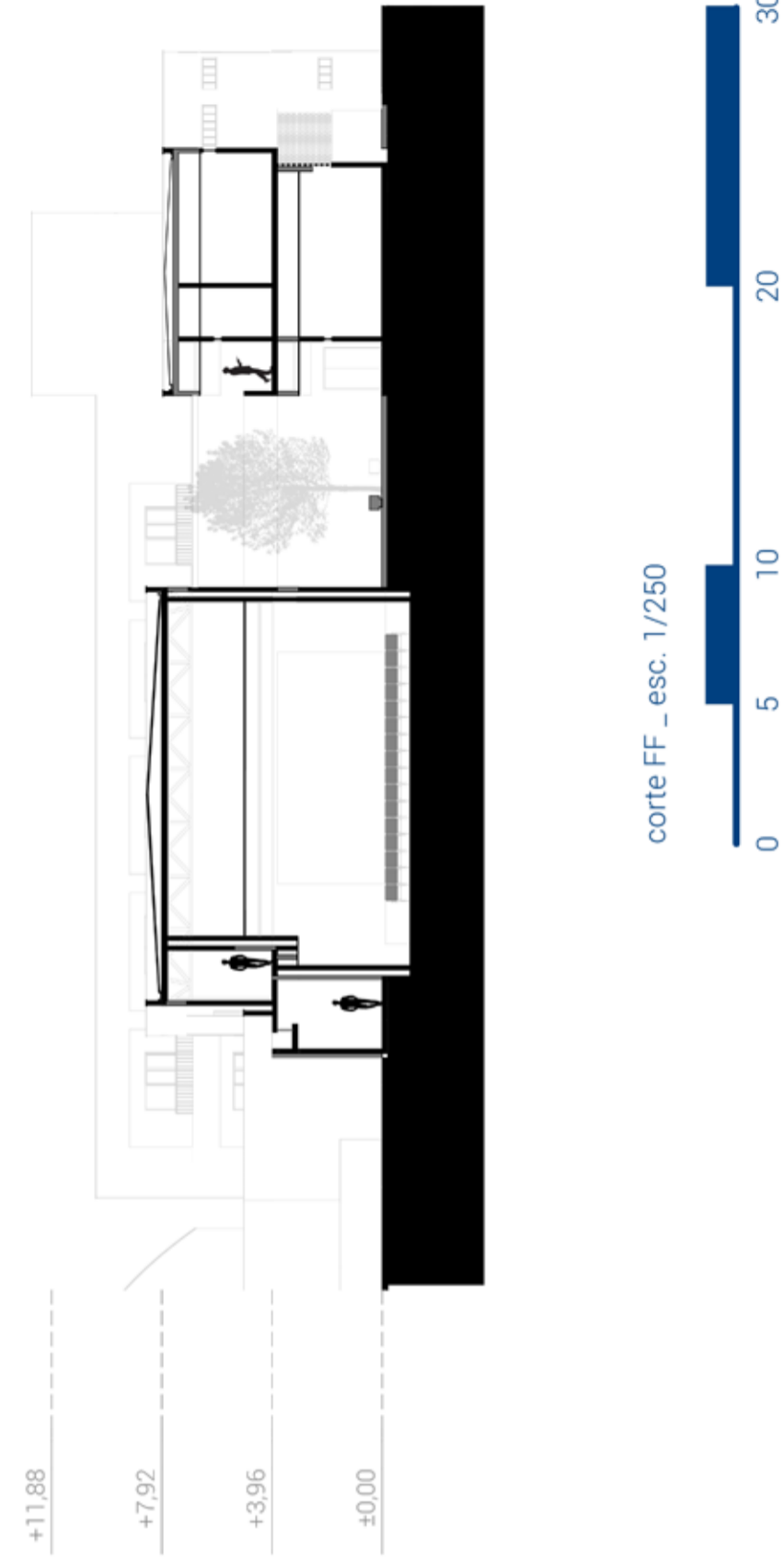
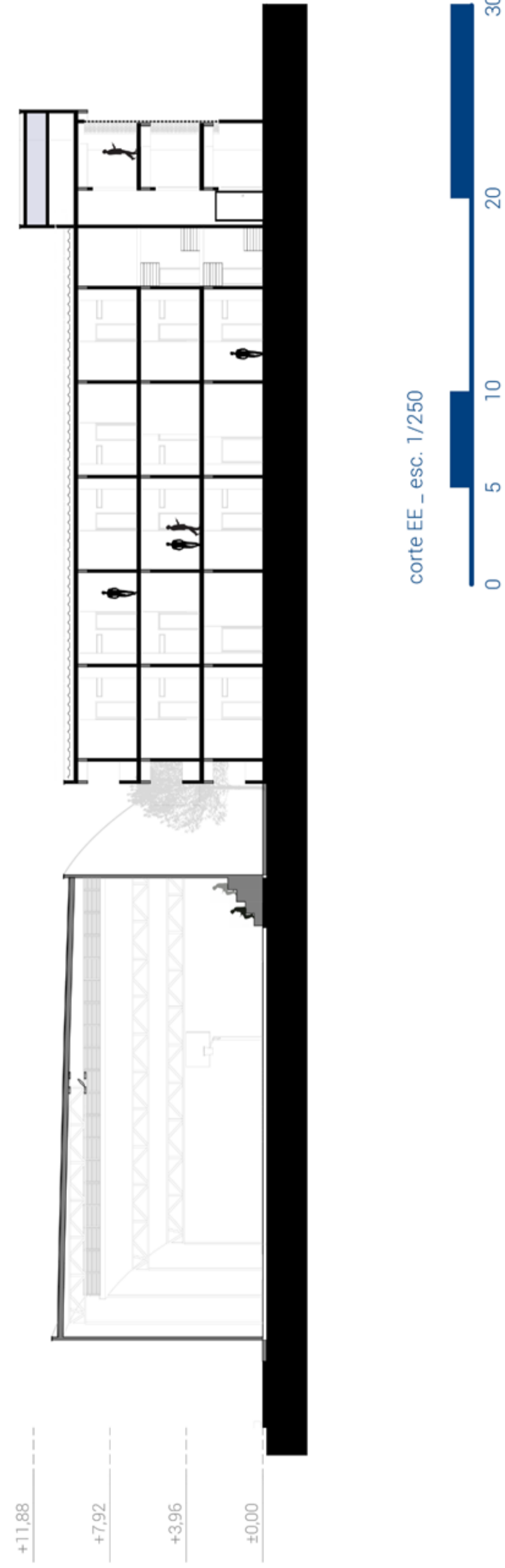
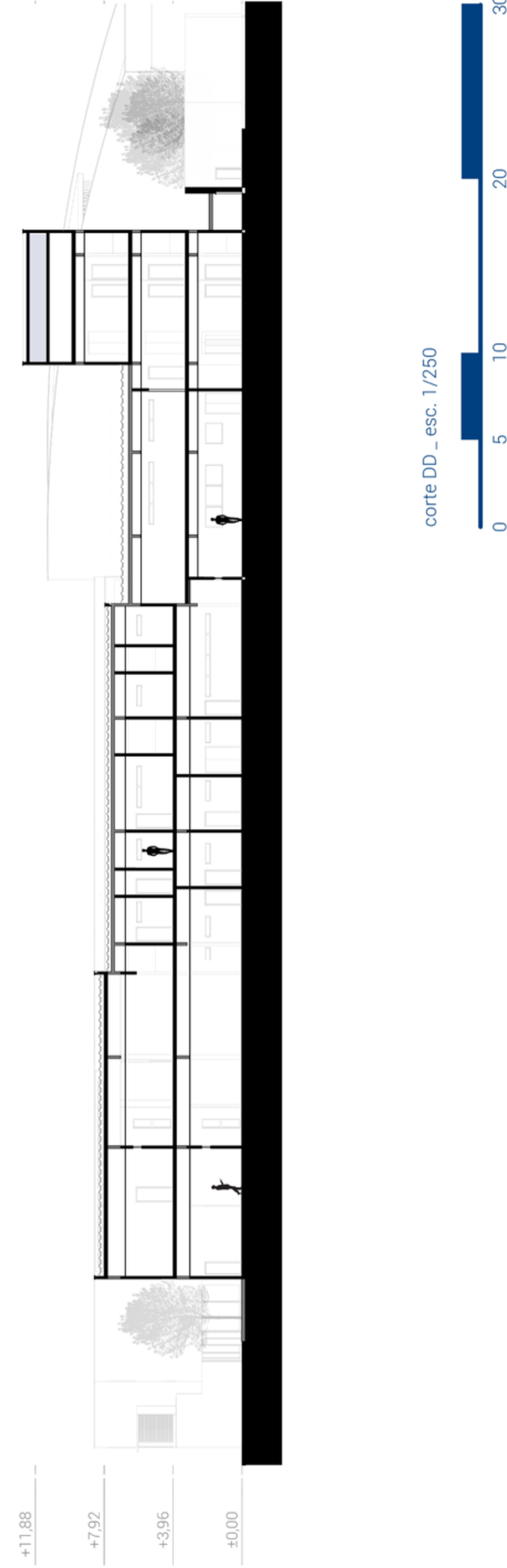
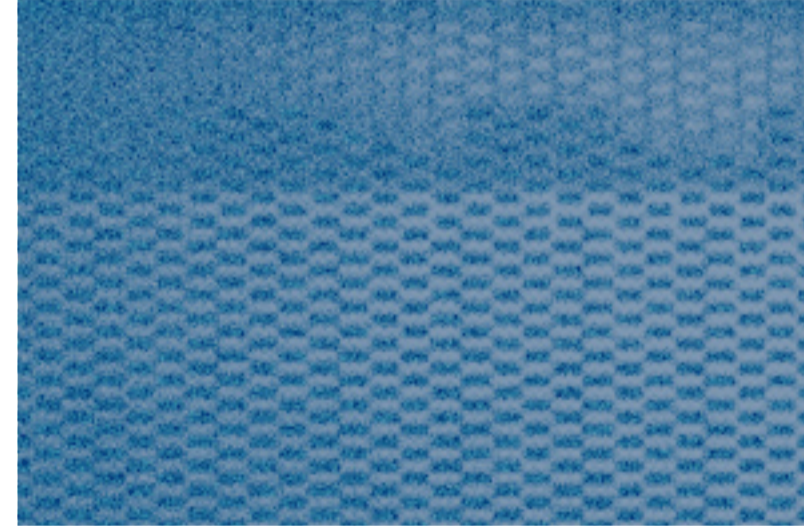
FACHADAS 1:250



CORTES A, B e C 1:250



CORTES D, E e F 1:250



SISTEMA CONSTRUTIVO E MATERIALIDADE

O sistema construtivo proposto é estrutura convencional em concreto armado com fechamentos em alvenaria, pela facilidade na execução e disponibilidade de mão de obra. Em alguns pontos específicos do projeto, devido à forma proposta com desencontros entre pisos e paredes, optou-se pela utilização de paredes de concreto autoportantes. Essas paredes, no caso do auditório principal, dão suporte à estrutura metálica que é utilizada para vencer o grande vão da sala (figuras 5.7 e 5.8). Na quadra poliesportiva acontece de maneira semelhante, com pilares de concreto e treliças metálicas que sustentam duas cobertas desencontradas, objetivando uma melhor ventilação do trecho.

As alvenarias são rebocadas e pintadas de branco, por vezes dando lugar nas fachadas aos cobogós de tijolos sobrepostos. Estes também recebem uma pintura branca, compondo o conjunto como uma sutil desmaterialização dos planos que objetiva permitir a circulação dos ventos e filtrar a luz do sol que adentra o edifício (figura 5.8).

Sendo a modelagem do espaço enquanto matéria um dos motivos centrais do projeto, entende-se que os sistemas construtivos devem servir a esse propósito. Portanto, foi feita a opção de diluir a estrutura no projeto de maneira a não ser percebida, sempre que faça sentido e seja possível. Então, os pilares e vigas seguem uma lógica modular que dita a disposição das alvenarias. É utilizado forro de gesso como recurso no sentido de compor os volumes de maneira mais clara, ocultando as vigas e instalações onde se pretende que haja uma leitura pura da composição volumétrica.

As esquadrias utilizadas são as móveis de alumínio e vidro convencionais, de fácil acesso no contexto local. No entanto, são inseridas com recuo em relação à parte externa da alvenaria, de forma a serem deslocadas do plano da parede, contribuindo no arranjo volumétrico como gesto construtivo da matéria elemento plástico. Na cobertura, optou-se pela utilização de telha metálica, cuja inclinação permitia que as platibandas não fossem altas demais e interferissem na composição do volume.

Figura 5.7
Axonometria esquemática da estrutura (Fonte:
produzido pelo autor)

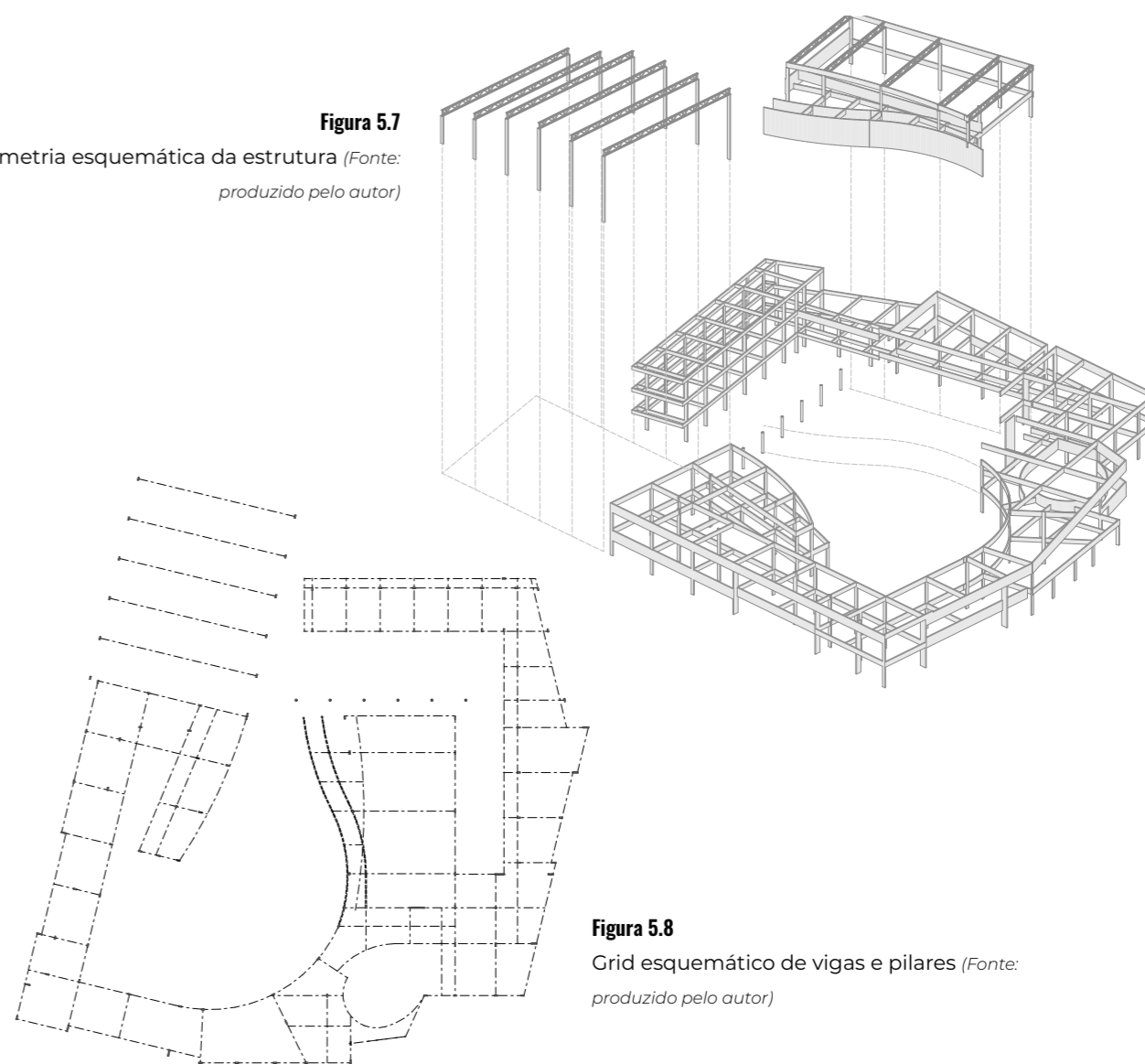


Figura 5.8
Grid esquemático de vigas e pilares (Fonte:
produzido pelo autor)

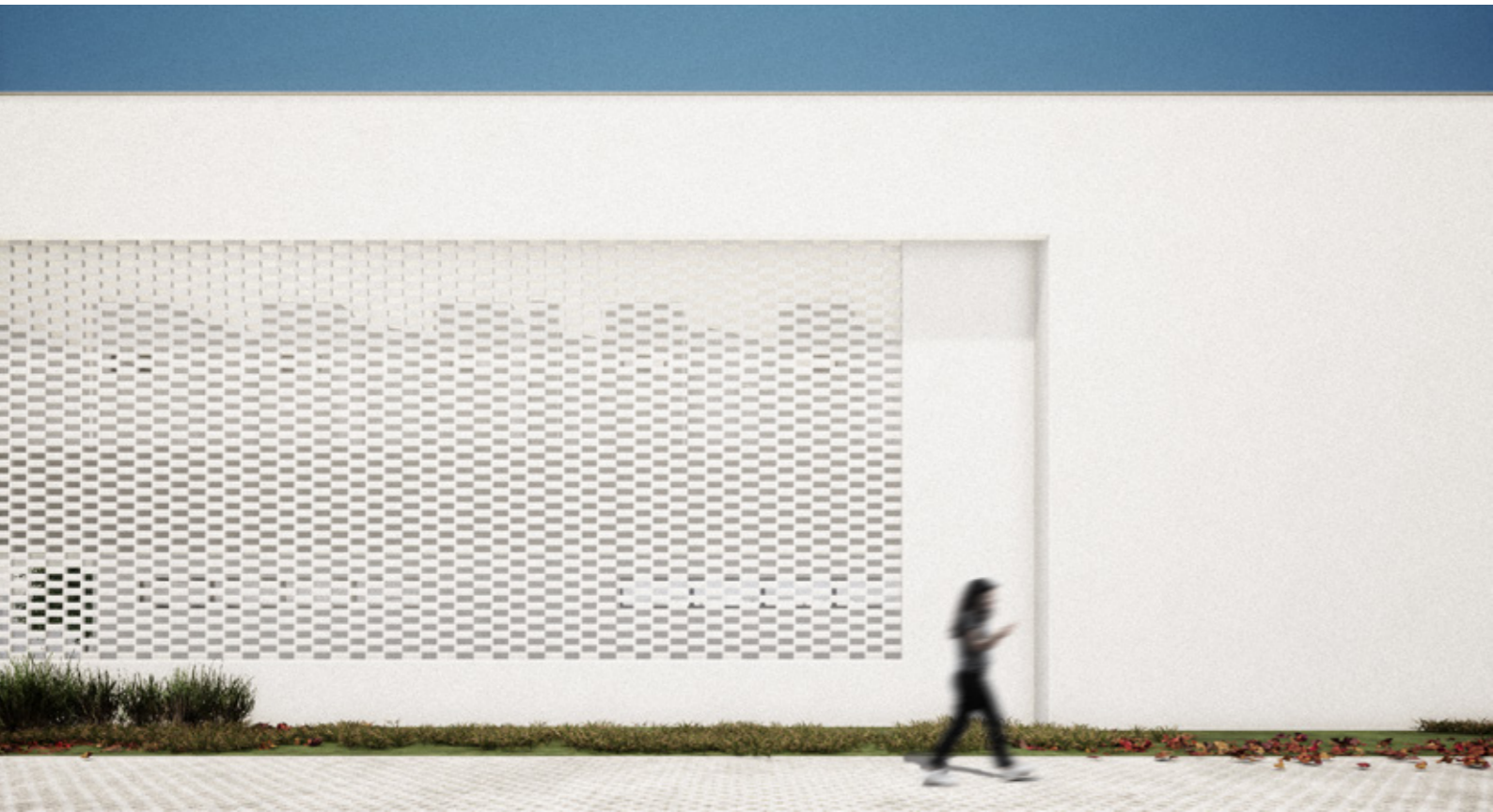


Figura 5.9
Cobogós na fachada oeste
(Fonte: produzido pelo autor)



Figura 5.10
Bloco da cantina e salas de dança
visto do pátio (Fonte: produzido pelo
autor)



Figura 5.11
Volume do auditório principal visto
do pátio (Fonte: produzido pelo autor)



Figura 5.13
Pátio da semi-internação (Fonte:
produzido pelo autor)



Figura 5.12
Sala de prática individual (Fonte:
produzido pelo autor)



Figura 5.14
Unidade habitacional dupla
/ semi - internação (Fonte:
produzido pelo autor)

Figura 5.16
Sala de Dança 1 (Fonte: produzido
pelo autor)



Figura 5.15
Perspectiva de corredor de
acesso ao pátio (Fonte: produzido
pelo autor)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da Escola de Artes e Centro Socioeducativo de Messejana surgiu a partir do interesse de aprofundar-se em temáticas relacionadas aos desafios da arquitetura no contexto de programas limitadores no seu cerne, como é o caso dos centros socioeducativos, tidos como 'edifícios inimigos'. O processo de investigação, no entanto, conduziu a um aprofundamento muito maior nas questões centradas na relação reflexiva do usuário com o espaço edificado. Seguindo para além de um enfoque nas legislações vigentes e questões quantitativas do quadro socioeducativo no Brasil, o trabalho possibilitou um estudo que trouxe à tona as questões relacionadas à percepção e consciência em suas complexidades. Todo o processo de pesquisa sobre o panorama geral me levou a considerar como imprescindível a observação atenta da razão fundamental para o qual se projeta e se constrói arquitetura: o indivíduo.

_ AGOSTINI, Flávio Mourão. O edifício inimigo - a arquitetura dos estabelecimentos penais no Brasil. Belo Horizonte, 2002

_ ANDO, Tadao. Por novos horizontes na arquitetura. In: NESBITT, Kate (org.). Uma Nova Agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

_ DAVIS, Angela. Are prisons obsolete? Seven Stories Press Inc. Nova York, EUA, 2003

_ FILGUEIRA, Jorge (org.); ALVES COSTA, Alexandre; IBELINGS, Hans; WISNIK, Guilherme. Álvaro Siza: Modern Redux. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

_ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Editions Gallimard, França, 1975.

_ FRAMPTON, Kenneth. Uma leitura de Heidegger. In: NESBITT, Kate (org.). Uma Nova Agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

_ GUERRA, Nathalie. Arquiteturas Penais e seus reflexos nas relações pessoa-ambiente. Fortaleza, 2018.

_ HERTZBERGER, Herman. Lições de Arquitetura. Livraria Martins Fontes Editoria LTDA. São Paulo, 1996.

_ HOLL, Steven.; PALLASMAA, Juhani.; PÉREZ-GÓMEZ, Alberto. Questions of Perception: phenomenology of architecture (1994). San Francisco: William Stout Publishing, 2006.

_ LEÃO REGO, Renato. A poética do desassossego: a arquitetura de Álvaro Siza. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.010/908>>

_ MARGOTTO, Luciano. Lições da arquitetura: leituras a partir de poéticas. São Paulo, 2016.

_ MARINHO, Carmen de Fátima Ferreira. A arte-educação e o adolescente em privação de liberdade. Cuiabá.

_ NASCIMENTO, Cristiano. O edifício como espaço analítico: uma discussão das ideias de Foucault sobre arquitetura. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/168>>

_ PALLASMAA, Juhani. A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura. In: NESBITT, Kate (org.). Uma Nova Agenda para a Arquitetura. Antologia Teórica 1965-1995. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

_ SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Sistema Nacional de Socioeducação - SINASE - Diretrizes básicas. Brasília, 2006

_ SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Levantamento Anual de 2016. Brasília, 2018

_ SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. Mapa do Encarceramento - Os Jovens do Brasil. Brasília, 2015